



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2115/13	DATA: 28/11/2013	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 9h47min	TÉRMINO: 13h13min	PÁGINAS: 76

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

BEATRIZ CRUZ - Coordenadora-Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública, do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública — SENASP, do Ministério da Justiça.

GIOVANNI HARVEY - Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial — CNPIR, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

FERNANDA PAPA - Coordenadora-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES - Rapper, escritor, ativista do movimento negro.

SUMÁRIO

Debate sobre as diretrizes de implementação do Juventude Viva, plano de prevenção à violência contra a juventude negra.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

Houve exibição de imagens.

Há palavra ou expressão ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para debatermos as diretrizes de implementação do Juventude Viva, plano de prevenção à violência contra a juventude negra, em cumprimento aos Requerimentos nºs 257, de 2013, e 270, de 2013, de autoria dos Deputados Amauri Teixeira, Delegado Protógenes e Erika Kokay.

Convido para compor a Mesa a Sra. Beatriz Cruz, Coordenadora-Geral de Prevenção da Secretaria Nacional de Segurança Pública — SENASP, representando o Sr. Ministro da Justiça; o Sr. Giovanni Harvey, Secretário-Executivo da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, e a Sra. Fernanda Papa, Coordenadora-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional de Juventude.

Informo que também foi convidado o Sr. Genival Oliveira Gonçalves, *rapper* e escritor. Assim que ele chegar, nós o chamaremos para compor a Mesa.

Quero registrar a presença da Deputada Benedita da Silva, que, além de ser uma militante da causa, é coordenadora do NUPAN — Núcleo de Parlamentares Negros do Partido dos Trabalhadores. Portanto, é minha líder.

Informo que também foram convidados o Sr. Viridiano Custodio de Brito, Secretário Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, e o Sr. Preto Zezé, representante da Central Única das Favelas, que não puderam comparecer.

Convido a compor a Mesa o Sr. José Alves, Secretário-Adjunto, representando o Sr. Viridiano Custodio de Brito, Secretário Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal.

Vou quebrar o protocolo. Como a Deputada Benedita da Silva tem outro compromisso neste mesmo horário e, reconhecendo o seu papel nessa área, nós vamos lhe conceder a palavra, antes mesmo de iniciarmos o debate.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, Deputado Amauri Teixeira, senhoras e senhores, eu quero primeiro pedir desculpas por ter de sair, pois realmente nós temos mil e uma atividades dentro da Casa, e quero agradecer ao Presidente por abrir essa concessão. Eu não sou membro desta



Comissão, mas todos sabem que temos um compromisso com a implementação do Plano Juventude Viva, que, sem dúvida, é uma política de prevenção à violência contra a nossa juventude negra, juventude que nós estamos perdendo a cada dia. Essa medida fará com que todas as outras Comissões também tenham um envolvimento, ainda que indireto, com esse projeto, que deve extrapolar a área judicial e que certamente precisará de reforço.

Então, eu vim mesmo para cumprimentar esta Mesa. E, Sr. Presidente, com sua autorização, quero informar, principalmente para o nosso Secretário da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, que acabamos de ter uma profícua conversa com relação à relatoria das cotas para concurso público, que ficou com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Feliciano. Havia um pleito do Deputado Bolsonaro para ser o relator. Eu tive a oportunidade de participar da conversa com os três e disse ao Presidente que S.Exa. poderia ficar com a relatoria, mas que, por favor, não a passasse para o Deputado Bolsonaro. Não é por nada, mas porque ele não tem intimidade com essa questão. E dado que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos é negro e tem família negra, eu expus que ele deveria avocar para si a relatoria, dando um parecer inteiramente favorável,. Então, ser ele o relator nos tranquilizou, de certa forma, porque o seu parecer será favorável.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Eu agradeço a participação da Deputada Benedita da Silva.

Esclareço que, para melhor ordenamento do nosso trabalho, adotaremos os seguintes critérios: os convidados disporão de 10 minutos para a exposição, não podendo ser aparteados, e que os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão se inscrever junto à Secretaria.

Passemos às exposições.

Concedo a palavra a Sra. Beatriz Cruz, Coordenadora-Geral de Prevenção da Secretaria Nacional de Segurança Pública — SENASP, representando o Sr. Ministro da Justiça.

**A SRA. BEATRIZ CRUZ** - Bom dia a todas e a todos. Queria começar agradecendo o convite e, em nome do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e



da Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, transmitir o abraço de ambos e dizer que, para o Ministério da Justiça, que tem sido parceiro na implementação do programa Juventude Viva, poder estar nesta Casa hoje fazendo essa discussão é uma oportunidade única, à qual, com certeza, damos todo o valor que merece.

Antes de entrar nas atividades que vimos desenvolvendo no âmbito do programa, eu gostaria de começar contextualizando o que exatamente estamos falando. Deputado, nós temos no Brasil taxas de mortalidade e de homicídios que colocam o País em 9º lugar, tomando por base a lista dos 100 Municípios com maiores índices de homicídios por armas de fogo, segundo dados do Mapa da Violência de 2013.

Para além disso, nós temos também informações sobre a mortalidade em conflitos armados no mundo. Isso, obviamente, sai um pouco do contexto brasileiro, mas para apresentar a dimensão do problema que nós estamos vivenciando no País, o Brasil teve 38.892 mortos no ano de 2010. Achamos que esse número é aproximado porque existem alguns dados na área de segurança pública que precisamos constantemente estudar, porque há o problema da subnotificação, da notificação equivocada desses crimes, mesmo no caso de homicídios. Então, em 2010 houve no Brasil 38.892 homicídios por armas de fogo.

Países como Chechênia, Rússia e Etiópia, que têm movimentos emancipatórios, étnicos ou disputas territoriais, tiveram nos 2 anos anteriores a 2010 50 mil mortos, numa situação de conflito deflagrada, enquanto nós, na verdade, estamos falando de violência urbana e de homicídios por armas de fogo.

No que diz respeito à juventude negra, esse tema passa a ter centralidade, porque a grande maioria das vítimas desses homicídios no País é de jovens negros entre 15 e 24 anos, moradores da periferia ou de bairros mais afastados. Nesse sentido, a questão dos homicídios no Brasil infelizmente hoje diz muito respeito aos jovens negros.

A gente sabe que a violência em si atinge a sociedade como um todo. Então, toda questão relacionada à segurança pública, à criminalidade e à violência atinge a sociedade brasileira como um todo.



Hoje, nós vivemos numa sociedade que infelizmente é violenta, mas a violência não atinge todos da mesma forma. E a gente sabe que, infelizmente no País, os jovens negros de periferia são os mais atingidos por este flagelo que é a questão dos homicídios.

Boa parte das ações que o Governo Federal vem desenvolvendo no âmbito da prevenção e redução de homicídios tem como foco, obviamente, esses jovens negros, justamente porque são as principais vítimas desse crime. Só que a questão da violência e da criminalidade é complexa e por isso exige respostas complexas. A resposta de como resolver e diminuir o número de homicídios no Brasil não é simples de ser dada, justamente por se tratar de uma questão complexa e que por isso exige um conjunto de ações que vão muito além da segurança pública, mas também envolvem algumas ações da segurança pública para tentar resolver o problema.

Nós tivemos, tradicionalmente, o falso paradigma de que a questão da segurança pública se resolveria, única e exclusivamente, com a repressão à criminalidade. Então, existia o falso paradigma entre prevenção e repressão à violência. Hoje, felizmente, a gente vem conseguindo superar esse falso paradigma justamente porque praticamente todos os Estados já têm o entendimento de que segurança pública se faz com repressão qualificada da criminalidade, mas também com prevenção à violência, atuando-se nos fatores de risco para o envolvimento com o crime e com a violência e, de alguma forma, pensando-se nos fatores protetivos que possam fazer frente a esses fatores que incidem sobre as chances de algum cidadão se envolver com alguma situação de violência, seja na condição de vítima, seja na condição de autor.

Em especial, no que se refere à juventude, trabalhar a questão dos fatores de risco e dos fatores protetivos é algo fundamental, porque essa é justamente a população que está sujeita ao maior número de fatores de risco para se envolver com alguma situação de violência por ene fatores que, infelizmente, pelo tempo, a gente não tem como abordar aqui.

Por conta principalmente desse fato de que o problema da violência é algo que precisa ser resolvido com uma resposta que vai muito além da resposta exclusiva da segurança pública, do sistema de segurança ou mesmo do sistema de



justiça criminal é que nós entendemos a importância do Plano Juventude Viva. É um programa que articula um conjunto de ações de praticamente todos os Ministérios, do Governo Federal, mas também de várias pastas diárias diferentes, de políticas públicas diferentes para tentar fazer frente a essa questão dos homicídios em relação à juventude negra.

No âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, nós temos um conjunto de metas ou de ações que vêm sendo desenvolvidas nos Estados, algumas que vão além do Juventude Viva, que são ações já corriqueiras da Coordenação de Prevenção à Violência, da Secretaria Nacional de Segurança Pública ou mesmo da Secretaria de Reforma do Judiciário, Secretaria de Assuntos Legislativos.

Para citar um exemplo, no caso da Secretaria de Assuntos Legislativos, houve mobilização para o fim dos autos de resistência. Mas nós temos também um conjunto de ações que ficam, sim, mais relacionadas com o programa Juventude Viva.

O Governo Federal, no âmbito do Ministério da Justiça, vem desenvolvendo um programa chamado Brasil Mais Seguro, para redução da criminalidade violenta. O objetivo do programa Brasil Mais Seguro é reduzir e prevenir o número de homicídios. Então, esse programa, a exemplo do Juventude Viva, exige pactuações com os Estados. A gente já está em fase de implementação nos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba. Acredito até que a Comissão já o conheça. Se não me engano, a Secretária já esteve em algum momento aqui conversando sobre o programa Brasil Mais Seguro.

Mas esse programa atua fortemente na qualificação da investigação policial. O objetivo é reduzir a impunidade, enfrentar a impunidade no que diz respeito aos homicídios, porque um dos fatores que precisam ser considerados no que diz respeito à questão dos homicídios é que, infelizmente, tradicionalmente, no nosso País, não se fez justiça em relação à grande maioria dos nossos jovens, a esses jovens negros vítimas de homicídio, porque, via de regra, nós não temos a punição do autor, a punição do criminoso que cometeu o homicídio.

Então, nós temos trabalhado fortemente no âmbito do programa Brasil Mais Seguro, numa ação que dialoga e se relaciona com o Juventude Viva no enfrentamento à impunidade. Como? Qualificando a investigação policial,



qualificando as perícias, auxiliando os Estados no processo mesmo de finalização de inquéritos policiais em aberto, sem resposta, com o objetivo de, enfrentando a impunidade, reduzir de alguma forma o homicídio, porque a gente também sabe que muitos dos autores de homicídio são autores contumazes, cometem bem mais do que um único homicídio, e, por isso, trabalhar a perspectiva de punir esses agressores é, de alguma forma, trabalhar também a perspectiva da prevenção à violência.

Mas, no que diz respeito à prevenção, nós temos um conjunto de ações, como o Projeto Protejo, Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável, que atua diretamente no Juventude Viva em direta relação com o nosso programa, o Brasil mais Seguro. Então, nós temos oferecido e pactuado, com toda a coordenação do Juventude Viva, com a SEPPIR, com a Secretaria Nacional da Juventude, essas ações com os Estados que vão aderindo ao Plano, na medida em que essa adesão vai acontecendo.

O Protejo é o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável, que trabalha com jovens entre 15 e 24 anos, jovens egressos do sistema prisional, em cumprimento de medida socioeducativa, obviamente, que não seja privativa de liberdade; jovens em situação de rua; e os jovens que residem nos bairros com os maiores índices de homicídios. A ideia é trabalhar com aquele jovem que ou já se envolveu com alguma situação de violência, ou está na iminência de fazê-lo, e aí tanto na condição de vítima, quanto na condição de autor — o jovem agressor mesmo.

O jovem recebe uma bolsa para permanecer no projeto do Governo Federal durante 12 meses e recebe formação na área de direitos humanos, formação para trabalho e geração de renda e participa de atividades de esporte, cultura e lazer.

Essa é uma das nossas ações aliada ao Projeto Mulheres da Paz, que trabalha com mulheres, lideranças comunitárias, na prevenção à violência contra a mulher e na prevenção à violência juvenil.

Neste ano de 2013, aqui para o Distrito Federal, para citar um exemplo, nós disponibilizamos 2 milhões de reais para um convênio, no caso do Protejo e do Mulheres da Paz, o que significa aproximadamente 2 milhões e meio em bolsas



durante os 12 meses subsequentes. Nós estamos na fase final já de firmar o convênio com o Governo do Distrito Federal para essa finalidade.

Mas nós temos atuado em outras frentes, como na questão do enfrentamento ao racismo nas instituições de Segurança Pública, do racismo institucional. E aí, nesse sentido, nós realizamos uma pesquisa, no ano de 2003, para tentar identificar como é que se manifesta o racismo *interna corporis* nas instituições de Segurança Pública. Temos trabalhado fortemente na elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão para qualificação das polícias para a atuação policial. Refiro-me aos POPs, que nada mais são do que diretrizes técnicas de como o profissional de segurança pública deve agir em determinadas situações.

Alguns dos POPs que nós elaboramos este ano... É a primeira vez que o Governo Federal elabora Procedimentos Operacionais Padrão como diretrizes para as polícias, o que, obviamente, não obriga nenhuma polícia estadual a utilizá-los, porque nós temos a questão das competências constitucionais. Então nosso papel é sempre de indução da política, no que diz respeito à segurança pública.

Mas nós elaboramos, pela primeira vez, então, os Procedimentos Operacionais Padrão como uma diretriz nacional, e um dos POPs que foram elaborados é relacionado à abordagem policial, porque aí na questão da abordagem reside boa parte dos problemas relacionados à violência praticada pelas corporações policiais contra a juventude negra.

Em paralelo a isso, nós fizemos uma pesquisa para tentar entender quais são os critérios utilizados, em boa medida subjetivos no que diz respeito à abordagem policial e ao conceito de suspeição. Tecnicamente é muito fácil, e a SENASP inclusive já elaborou um Procedimento Operacional Padrão que diz que qualquer cidadão só pode ser abordado em determinadas situações e desde que haja fundada suspeição em relação àquele cidadão para que se possa fazer essa abordagem. O problema é que esse conceito de suspeição é absolutamente eivado de subjetividade e, em boa medida, traduz os preconceitos que a nossa sociedade tem, porque as polícias que nós temos nada mais são do que uma tradução da sociedade brasileira. Então, todos os preconceitos que a sociedade brasileira tem as nossas polícias acabam, de alguma forma, traduzindo, em especial no que se refere à questão da abordagem policial. Assim, nós temos atuado na sensibilização dos





profissionais de segurança pública; na capacitação desses profissionais; na inserção, de maneira transversal, nas nossas Matrizes Curriculares Nacionais de formação tanto dos profissionais de segurança pública — policiais militares, perícias, bombeiros, policiais civis — como também das nossas guardas municipais, da temática do enfrentamento ao racismo e da temática racial.

Temos um conjunto de ações de acesso à Justiça que vêm sendo desenvolvidas também. Recentemente nós firmamos um protocolo de intenções para mobilização do sistema de Justiça, de que a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça esteve à frente. Temos ações na área do controle da letalidade policial e do controle externo, de fortalecimento de ouvidorias de polícias, de fortalecimentos das próprias corregedorias, apoiando a criação de ouvidorias de polícia itinerantes e independentes, criando e fortalecendo ouvidorias estaduais e também do sistema prisional, que é outro gargalo que nós temos na área da Justiça Criminal. Então, nós aliamos um conjunto de ações de prevenção social, de prevenção situacional à violência a ações mais relacionadas à capacitação, à sensibilização dos profissionais, ao controle externo e ao controle da letalidade policial.

Enfim, essas, em linhas gerais, são as medidas que a SENASP vem desenvolvendo e são algumas das ações que nós temos presentes no Plano Juventude Viva. Agora, muito além dessas ações esporádicas, ou melhor, dessas ações pontuais, não esporádicas, que os Ministérios vêm desenvolvendo no âmbito do programa Juventude Viva nos Estados, a importância do programa, na nossa opinião, está justamente na capacidade da efetiva integração das políticas em âmbito nacional, com foco na resolução deste problema, que é o problema dos homicídios da juventude negra brasileira.

Integrar políticas é algo muito complexo de ser feito. Na verdade, no discurso, todas as áreas praticamente e todos os Governos já incorporaram a ideia da necessidade da integração, da transversalidade, mas traduzir isso na prática é algo muito complexo, e o Plano Juventude Viva vem conseguindo, em boa medida, proporcionar essa integração, essa tradução. Um exemplo disso é que nós estamos construindo um programa específico de prevenção à violência da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que vai ser desenvolvido em parceria com a SNJ,



junto com a Secretaria Nacional da Juventude. Isso parece algo simples, mas tem toda uma complexidade e é algo que até há pouco tempo não existia.

Então, o grande mérito do programa Juventude Viva é, primeiramente, dar visibilidade à temática dos homicídios da juventude negra. Dar visibilidade a isso é algo fundamental, tanto que é o primeiro programa, ou plano nacional instituído para essa finalidade, que envolve um conjunto de Secretarias. Em que pese o fato de que todos os Ministérios estivessem desenvolvendo ações, mas ações isoladas, é o primeiro plano integrado e que dá mais visibilidade para a temática. Então, isso já é um avanço, na nossa opinião, mas, mais do que isso, ele significa conseguir efetivamente articular essas políticas, de alguma forma fortalecer as ações que, individualmente, cada Pasta, cada área já vinha realizando.

Então, na verdade, a gente só queria trazer essas contribuições. Agradecemos à Comissão, mais uma vez, a nossa participação e nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Eu agradeço à Beatriz, ao Ministério da Justiça, a aceitação do convite e a participação.

Passo a palavra ao Sr. Giovanni Harvey, Secretário-Executivo da Secretaria Executiva da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

**O SR. GIOVANNI HARVEY** - Deputado Amauri, inicialmente eu gostaria de lhe agradecer a oportunidade — sei que o senhor é um dos autores dessa proposição. Aproveito a oportunidade também para lhe agradecer o envolvimento não apenas com este tema, mas também com outros. Nós estivemos recentemente juntos, por ocasião do recebimento, por parte da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 6.738, que já foi objeto de consideração por parte...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. GIOVANNI HARVEY** - Pois não. Inicialmente, eu gostaria de lhe agradecer, Deputado, não apenas a iniciativa de propor esta audiência pública, mas também seu envolvimento com várias agendas associadas a esta pauta, e destaco o Projeto de Lei nº 6.738, que já foi objeto de consideração da Deputada Benedita da Silva, que versa sobre as cotas nos concursos públicos; da mesma forma, agradeço



seu envolvimento com a propositura de emendas no sentido de fortalecer as políticas de promoção da igualdade racial.

Eu vou centrar a minha fala em cinco aspectos. Sei que Fernanda vai fazer um detalhamento na sua apresentação. Então, vou deter-me em aspectos mais gerais ligados à estratégia que motivou a formulação do Plano Juventude Viva.

Os cinco aspectos são os seguintes: primeiro, o fato de que já há o consenso de que a continuidade, a permanência, a manutenção dos índices de letalidade por causa violenta de população jovem, em particular da população negra, é um componente que põe em xeque a própria efetividade da democracia brasileira.

Como foi dito pela Beatriz, nós temos índices de letalidade acima dos de países que estão vivendo conflitos armados. Não é razoável, em um país que está em pleno gozo da democracia, com as instituições democráticas funcionando, com pleno exercício das liberdades constitucionais, que um segmento etário, com nítida caracterização étnica, tenha índices de letalidade por causa violenta em grande parte promovida por agentes do Estado nos níveis que nós temos hoje. Isso definitivamente não é uma característica de um Estado Democrático de Direito. Então, a permanência desses índices é uma questão de Estado, é um desafio para a afirmação da democracia brasileira.

Nós conseguimos, ao longo das últimas décadas, afirmar nossa democracia de várias formas. Conseguimos afirmar a democracia com a transição democrática, conseguimos afirmar a democracia com a anistia, conseguimos afirmar a democracia com o estabelecimento de um ciclo de respeito ao resultado das urnas, conseguimos afirmar a democracia com um pacto que gerou a estabilidade monetária, um conjunto de referências importantes para um país que se afirma democrático, mas nós temos ainda alguns desafios para afirmar essa democracia, e certamente a redução dos níveis de morte por causa violenta se constitui num desses desafios.

Não é à toa que a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, cujo processo de preparação o Deputado acompanhou, realizada agora no início do mês de novembro, que teve como tema *Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Brasil Afirmativo*, teve como um dos elementos centrais do debate a questão da morte por causa violenta de jovens negros. Esse tema inclusive fez



parte da programação e foi objeto de um concorrido grupo de trabalho e de uma concorrida plenária, além de ser objeto de um dos debates na plenária final. Esse tema, aliás, de forma recorrente, esteve presente nas conferências municipais, nas conferências estaduais e nas conferências regionais.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que esse tema, então, deixou de ser um tema importante na agenda apenas dos movimentos sociais, apenas das forças políticas organizadas, notadamente partidos políticos de esquerda que historicamente cerraram fileiras na defesa de propostas com esse tipo de característica.

Da mesma forma, embora seja uma proposta feita pelo Governo da Presidenta Dilma, esse tema transborda as responsabilidades de um Governo; ele tem que se transformar numa questão de Estado, e a sua efetividade passa por um pacto federativo que envolva inclusive os Estados e as Prefeituras, tendo em vista que a política de segurança pública tem um componente diretamente vinculado à segurança pública, mas ela não se encerra apenas nesse componente. Há um conjunto de aspectos ligados ao sistema judiciário, ao sistema educacional, ao sistema de saúde. Só é preciso que nós consolidemos, no que diz respeito ao Juventude Viva — e ele é um exemplo disso —, uma abordagem sistêmica dessa questão para que ela possa ser corretamente enfrentada.

O terceiro aspecto é que, como característica dessa visão de Estado, o Juventude Viva já nasce com envolvimento orgânico de mais de dez órgãos da administração pública federal, sob a coordenação da Secretaria-Geral, através da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Nós não poderíamos fazer um enfrentamento dessa magnitude sem o engajamento da Secretaria Nacional de Juventude, órgão do Governo Federal responsável pela formulação e pela gestão das políticas públicas voltadas para a juventude. Mas, ao mesmo tempo, não poderíamos deixar de contar com o papel central da SEPPIR, pois a juventude mais diretamente afetada por esses índices de letalidade é a que tem predominantemente características étnicas associadas à população negra. Esse componente, todos sabemos, é fator decisivo inclusive para que esses níveis de letalidade continuem acontecendo da forma como acontecem.



Se nós não conseguirmos conter esses níveis de letalidade, como se materializará este processo de estrangulamento do Estado? Eu não quero sair dos temas mais ligados aos direitos humanos e à preservação da vida, mas quero exemplificar com algo que talvez possa sensibilizar algumas pessoas que ainda não atentaram para esse aspecto.

Nós estamos vivendo no Brasil uma transformação do perfil demográfico da sociedade brasileira. Vamos deixar de ser nos próximos 20 anos um país predominantemente de população jovem economicamente ativa — e a Ministra Luiza Bairros, nesta Casa, esta semana, já abordou esses aspectos — e nos transformar num de população com faixa etária mais elevada e possivelmente com população economicamente ativa menor que a que será dependente dos benefícios diretos do Estado, do sistema previdenciário, da população que não é contribuinte. Cada jovem morto hoje, negro ou negra, é um cidadão e uma cidadã a menos que teremos daqui a 20, 30 anos, inclusive para sustentar O aparelho responsável por este quadro que alguns caracterizam como de extermínio.

Então, o assassinato de jovens negros e negras se constitui em ameaça à solvência do Estado brasileiro. O Estado brasileiro caminha para a insolvência nos próximos 20 anos se nós não conseguirmos conter esses níveis. Se há o apelo pelo respeito e pela dignidade dos jovens negros e negras, se há o apelo para que a vida de cada um deles seja percebida como bem tão valioso quanto à de outros jovens com outras origens sociais e étnicas, se isso não basta, que o apelo pela saúde fiscal e pela saúde previdenciária do País entrem na agenda, para que as pessoas percebam a dimensão do que está acontecendo no Brasil hoje.

Se nós não transformarmos, efetivarmos isso em política, com a participação de Estados e Municípios, com o engajamento da sociedade civil da mesma forma que conseguimos fazer para superar a ditadura militar, para gerar estabilidade econômica, não conseguiremos superar este quadro de desigualdades.

Por fim e quinto ponto, o enfrentamento a essa questão passa por vários aspectos. Passa, por exemplo, de forma muito concreta, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.471, de 2012, que elimina o instrumento dos autos de resistência, e eu sei que o Deputado tem engajamento muito forte em relação a ele. Os autos de resistência se transformaram num instrumento de impunidade. O sentimento de



impunidade chega a tal nível que as próprias forças policiais não se constroem em filmar as operações policiais e o desfazimento de cenas de crime, como nós tivemos a oportunidade de ver recentemente em programa de veiculação nacional. Então, o sentimento de impunidade que esses autos de resistência criaram, notadamente nas forças policiais — e não quero generalizar, mas é um instrumento utilizado pelos agentes de polícia —, precisa ser eliminado.

Nós consideramos fundamental lograr êxito, e sabemos que há o envolvimento dos Deputados Delegado Protógenes, Miro Teixeira, Benedita da Silva, Erika Kokay, entre outros Parlamentares. O próprio Presidente Henrique Eduardo Alves já se manifestou no sentido de colocar em votação, para que possamos lograr êxito em relação ao fim dos autos de resistência.

Os autos de resistência, como eu dizia, se constituem num instrumento de continuidade e legitimação do racismo institucional. Nós fazemos políticas de ação afirmativa, embora tenhamos a escravidão como período de referência, para promover a diversidade na sociedade brasileira. E essa diversidade é promovida por ações proativas, por ações reativas e por ações punitivas.

Precisamos promover de um lado e conter o extermínio desses jovens, porque isso começa a ter característica de impacto demográfico na sociedade brasileira na medida em que as projeções demográficas apontam que a população negra se constituirá nos próximos anos em 65% da população brasileira, o que já nos obriga, e o Juventude Viva já é exercício disso, a ter políticas públicas universais com nítido recorte étnico racial, tendo em vista que políticas afirmativas se destinam à minoria da população. E a população negra já não é mais a minoria da população, já requer políticas com essa qualidade, como o Juventude Viva.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Eu agradeço ao senhor ter aceito nosso convite para participar desta audiência e dar sua contribuição.

Anuncio a presença do Sr. Genival Oliveira Gonçalves, *rapper*, poeta, escritor, militante e ativista, nosso palestrante. Seja bem-vindo.

Concedo a palavra à Sra. Fernanda Papa, Coordenadora-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional de Juventude.

**A SRA. FERNANDA PAPA** - Obrigada, Deputado Amauri Teixeira.



Bom dia! Quero agradecer o convite da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado à Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência, aqui na condição de coordenadora do Plano Juventude Viva, ao lado da SEPPIR. O Coordenador Felipe Freitas está na Bahia preparando o lançamento do Plano para a próxima segunda-feira naquele Estado.

Muito nos honra vir aqui falar um pouco mais sobre o Juventude Viva, uma construção de tantos e tantas. Também estamos aqui com parceiros do Ministério da Saúde, além de SEPPIR e SENASP. São 11 Ministérios, como disse o Secretário Giovanni, que compõem esse esforço.

Quero então cumprimentar o Gog, o José Alves, o Secretário Giovanni e a Beatriz. Estamos nos encontrando muito em diferentes espaços justamente para não só discutir o Plano Juventude Viva, mas aumentar esta aliança de esforços pelo enfrentamento a esta violência contra a juventude negra.

Um primeiro grande resultado importante a comemorar — ainda não temos muito que comemorar em relação ao problema que é crescente —, é o fato de o tema estar entrando na agenda de forma mais contundente. Creio que esta audiência é exemplo de como a gente vem ampliando os espaços de reconhecimento de que não dá mais para não jogar luz neste que é um dos mais perversos problemas da construção e da consolidação da nossa democracia.

Nosso novo ciclo de desenvolvimento que, nos últimos 10 anos, o País tem vivido com correção importante de desigualdades não se fechará se não tivermos olhar específico e muito cuidadoso e corresponsável em relação ao enfrentamento a essa violência. A sociedade civil tem nos dito com muita força o tempo todo: *“Temos que parar com a matança!”* O Juventude Viva é mais um esforço, uma primeira resposta articulada do Governo Federal ao enfrentamento dessa questão, ressaltando a importância do movimento juvenil negro, principalmente do movimento social negro, que, historicamente, faz a denúncia do extermínio da juventude negra.

No período recente, a juventude negra brasileira se organizou de forma autônoma e muito atuante. O Estado da Bahia, Deputado Amauri, tem papel importantíssimo, porque sediou o 1º Encontro Nacional de Juventude Negra — ENJUNE, em 2008, de que muitos de nós participamos como apoiadores ou militantes que trazem essa luta na sua trajetória. Lá foi pautado como a prioridade nº



1 o enfrentamento ao que a sociedade civil chama de genocídio da juventude negra. A Presidenta Dilma reforçou, em sua fala de abertura na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, há 3 semanas, esta como questão prioritária para a Presidência da República no momento atual.

Então, quero agradecer realmente a possibilidade de poder falar um pouquinho mais do Plano Juventude Viva e contar em que momento a gente está de sua implementação. Para isso, trouxe uma apresentação, que espero poder fazer rapidamente, com dados que já mostramos inclusive na Comissão de Direitos Humanos. Alguns que já foram trazidos talvez eu possa passar mais rapidamente.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Partimos de informações, que o Ministério da Saúde consolida a cada ano, do Sistema de Informação sobre Mortalidade. Como Beatriz também já comentou, da maior parte das mortes no Brasil, mais da metade afeta jovens de 15 a 29 anos e, destes, 74,6% são negros ou pardos, são jovens negros. Então, estamos falando de um problema que tem idade, cor e, sabemos também, território no País, porque essas mortes têm acontecido sobretudo nas periferias.

A maior parte das vítimas, mais de 90%, de homicídio entre a juventude são rapazes. A gente fez a conta: é como se dois jovens fossem assassinados por hora. Na verdade, é mais do que isso, quase três e, destes três, dois seriam negros. A gente observou também que mais de 70% dos homicídios que recaem sobre a juventude negra estão concentrados em apenas 132 Municípios. Na verdade, com os dados recentes de 2011, divulgados neste ano, passaram para 142 Municípios.

Aqui vemos em que faixa etária esses homicídios têm se concentrado. Como Beatriz já trouxe, vemos que os jovens entre 20 e 24 anos — esta linha mais longa — concentram o maior número de homicídios. Temos esta escalada que, olhando uma série histórica, mostra de que forma é crescente o número de homicídios entre a juventude negra. Em 2000, eram 14 mil afetando jovens negros e 9.248 homicídios afetando jovens brancos. Isto é média nacional. Em alguns Estados realmente teve uma explosão, que aqui vira quase um ângulo de 90 graus. No Sul e Sudeste, a gente também observa que isso reduziu.

Então, para a juventude negra, a taxa continua crescendo nesta média. É o que o ex-Secretário Mário Theodoro costumava dizer para a gente: *“Este é o gráfico*





*da boca do jacaré*". Se o Juventude Viva consegue operar no enfrentamento ao racismo, isso significa fazer com que essa boca feche, porque o racismo está operando justamente aqui, quando a gente percebe que os jovens negros continuam morrendo mais, embora a gente consiga reduzir a mortalidade em relação ao conjunto da população em geral e à de jovens brancos também, embora estes continuem morrendo.

Então, o Juventude Viva também tem ações que devem prevenir a violência de forma geral, mas a gente tem que reconhecer que existe algo que opera de forma mais perversa e que tem feito aumentar de forma dramática o homicídio contra a juventude negra, à medida que os dados melhoram na segurança pública em relação ao resto da população.

A gente percebe, também, em relação ao perfil deles, a escolaridade. A maior parte desses jovens está naquela faixa etária e os jovens que mais morrem — conforme os dados de 2010, mais de 7.300 — não tinham nem completado ainda o ensino fundamental.

Se a gente for olhar o mercado de trabalho, também existe uma diferença significativa de acesso ao mercado de trabalho para a juventude negra.

A evasão no ensino médio é muito maior para a juventude negra.

O acesso ao ensino superior ainda é menor, muito significativamente menor, em que pesem as ações afirmativas, que têm conseguido mudar esse quadro de forma importante no período recente.

É preciso reconhecer que esses jovens estão mais à margem de direitos fundamentais, porque a gente percebe que a violação do direito à vida chega num momento em que muito provavelmente outros direitos fundamentais desses jovens negros já foram violados. Eles, provavelmente, como a gente vê aqui, não conseguiram ter uma trajetória de inserção na educação, como os outros jovens têm; não tiveram acesso ao trabalho decente; provavelmente vieram de lugares onde a moradia não é digna ou o direito à cidade é cerceado, e a possibilidade de usufruir de equipamentos de lazer, esporte e cultura, de circular pela cidade sem sofrer discriminação a gente sabe que é mais constrangedora.



Então, a gente está falando de um conjunto de direitos que precisam ser garantidos para a gente prevenir a violação máxima, que é a violação ao direito à vida. O Plano Juventude Viva tem essa perspectiva de ampliação dos direitos.

Continuando os dados, a gente fez um controle das taxas de homicídio por Estados. Aqui é a população negra, especificamente os jovens negros. O Juventude Viva, como vocês sabem, começou a ser implementado em Alagoas, por motivos óbvios: porque as taxas lá são alarmantes. Enquanto a média nacional é de 27 homicídios para cada 100 mil habitantes, só na cidade de Maceió, é de 110 homicídios para cada 100 mil habitantes. Se a gente controla pela juventude negra desse Estado, a taxa passa para 320 homicídios por 100 mil habitantes. São taxas mais de 10 vezes superiores ao que é considerado um estado de guerra e de conflito armado deflagrado, considerando a forma como isso é observado por organizações internacionais, pelo Sistema das Nações Unidas.

Portanto, falar do Plano Juventude Viva, como eu estava dizendo para vocês, é trazer essa oportunidade de diálogo e de articulação de ações do Governo Federal, também em parceria com a sociedade civil, com o Legislativo e com o Poder Judiciário, para o enfrentamento dessa violência. A gente considera que esta é uma oportunidade e uma necessidade histórica, porque temos uma dívida histórica com a nossa juventude negra, que ajudou a construir o País e que em outros momentos da nossa história, institucionalmente, foi impedida de acessar direitos, como os jovens que não podiam acessar a universidade, que não podiam exercer determinadas profissões, que não contaram com o apoio do Estado para sua reinserção na sociedade depois do período escravocrata, e por vários outros períodos que a gente viveu, como o Giovanni mencionou.

O Plano Juventude Viva começou a ser elaborado no segundo semestre de 2011, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania, coordenado pelo Ministro Gilberto Carvalho. Vários Ministérios participaram do Fórum naquele momento com a tarefa dada pela Presidenta Dilma de se decidir ali quais eram os direitos de cidadania fundamentais que ainda precisávamos trabalhar e que precisavam ser tratados com prioridade nesta gestão. A mortalidade da juventude negra foi uma das questões trazidas com mais força, e esse Fórum teve permanente diálogo também com os conselhos de representação da sociedade civil — Conselho Nacional de Promoção



da Igualdade Racial, Conselho Nacional da Juventude, Conselho Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional de Políticas Culturais. Nesse espaço foram reforçadas as questões já trazidas nos processos de conferência nacional e que comprovavam a importância de uma ação articulada do Governo Federal em relação a isso.

O Juventude Viva adotou, então, a estratégia de uma implementação gradual, na medida em que a gente depende da parceria de Governos Estaduais e Municipais, num processo de corresponsabilização, de reconhecimento de que as ações que o Governo Federal pactuou para o Juventude Viva necessariamente precisam de projetos que sejam enviados, que sejam pleiteados pelos nossos parceiros do pacto federativo.

A gente começou o Plano em Alagoas, em 2012, no mês de setembro, e, de lá para cá, ele já chegou a alguns outros Estados, como a gente vai mostrar aqui.

É importante dizer que o objetivo do Juventude Viva é reduzir a vulnerabilidade da juventude negra à violência e prevenir a ocorrência de homicídios.

A gente não colocou, na mochila nossa, dos corresponsáveis pela realização do Plano entre todos os Ministérios, a redução do número de homicídios. Essa não é a nossa tarefa primordial, embora queiramos atingir isso com esse esforço combinado de ações, de ampliação de direitos e prevenção da violência. Por quê? Porque até 2014 não seria responsável da nossa parte dizer que o que está em andamento garante a redução de homicídios. Mas a gente pode, sim, garantir a redução da exposição desses jovens à violência, trazendo-lhes mais oportunidades, por meio das políticas públicas.

E a estratégia é esta: promover e integrar ações do Governo Federal — são vários os Ministérios envolvidos; o Plano é do Governo Federal e de todo mundo que está fazendo isso com a gente —, com foco na transformação de territórios mais vulneráveis — é preciso reconhecer que determinadas áreas dos Municípios estão mais expostas aos altos índices de homicídios, são mais vulneráveis, têm menos assistência das políticas públicas —; na criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados e no enfrentamento ao racismo das instituições que também operam em relação a essa maior violência



contra a juventude negra. É preciso reconhecer que nem sempre as instituições do Estado tratam de forma igual ou promovem acesso de forma igual às pessoas negras, principalmente, que são o foco do Juventude Viva.

A gente selecionou esses 132 Municípios, que agora são 142, em todos os Estados, e começou a implementação do Plano, como o Giovanni já disse, com a Coordenação Nacional da Secretaria Nacional de Juventude e da SEPPIR. Mas é muito importante dizer que o Plano não existiria se não fossem as ações do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério do Esporte, do Ministério da Cultura, do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. São estes os parceiros, atualmente, do Plano Juventude Viva.

O Plano tem quatro eixos. Já apresentei isso em outras oportunidades, mas, como é a primeira vez nesta Comissão, vou falar rapidamente sobre cada um deles.

Esses eixos refletem as propostas da sociedade civil em conversa com os Ministérios no momento de elaboração e desenho do Plano. A participação social é um valor fundamental do Plano Juventude Viva. Ele é permanentemente construído, dialogado com representantes da sociedade civil.

Primeiro eixo: Desconstrução da Cultura de Violência.

Este eixo diz respeito à importância de a gente sensibilizar a opinião pública sobre a banalização da violência e a importância de valorizar a vida dos nossos jovens, da nossa juventude negra — que é a maior parte da juventude do País: o último censo, de 2010, mostra que já são pretos e pardos autodeclarados 53% da juventude brasileira, e autodeclarados brancos são 44% — por meio da promoção de direitos e de novos valores.

Então, é importante fazer essa disputa de valores na sociedade e trazer esse tema para a agenda como uma pauta positiva. As pessoas dizem: *“Ah, mas é muito pesado; é muito triste”*. Não. A pauta positiva é o Estado brasileiro estar começando a responder a essa questão com maior responsabilidade e compromisso.

Ainda neste eixo, está a necessidade de se mobilizar atores sociais para a promoção dos direitos da juventude, da defesa da vida da juventude negra, por meio da articulação de uma Rede Juventude Viva, que já tem muitas entidades



cadastradas. São mais de 3 mil registros na Rede Juventude Viva, entidades que já fazem esse enfrentamento à violência há muito tempo e que agora ganham mais legitimidade, ganham um reforço, com a parceria com o Juventude Viva — essas entidades já fazem um trabalho permanente e muito importante de enfrentamento à violência.

O segundo eixo: Inclusão, Oportunidades e Garantia de Direitos.

Neste eixo a gente foca a trajetória do sujeito. Beatriz já falou sobre o Projeto PROTEJO — Proteção de Jovens em Território Vulnerável, que para nós é o projeto que mais dialoga, é o projeto que tem mais a ver com esse público específico, mais vulnerável, exposto à violência: jovens que estão saindo do sistema socioeducativo ou do sistema prisional, ou que estão vivendo na rua. E há também outros programas com relação à escolarização, como o PROJOVEM — Programa Nacional de Inclusão de Jovens; formação e qualificação profissional, como o PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Esta semana, tivemos uma jornada importantíssima com o Ministério do Desenvolvimento Social, com o PRONATEC, para dialogar e negociar como direcionar vagas do PRONATEC para jovens dos Territórios Juventude Viva; como divulgar mais e como trazer a demanda do tipo de curso que esses jovens querem. Por meio da nossa articulação — a gente tem uma parceria com a FIOCRUZ —, os nossos articuladores dos Estados trouxeram essa demanda para a reunião com o MDS, e a gente vai qualificando o jovem negro e tirando a sua invisibilidade para as políticas universais. É preciso mostrar que nessas ações que são prioritárias para o Governo Federal a gente precisa ter um cuidado e um olhar específico para a juventude negra.

Então, esse eixo foca a trajetória do sujeito. Vamos trazer esses jovens que estão nesses territórios para conhecer esses programas do Governo Federal e intermediar, com informação e busca ativa, para que eles tenham acesso a essas políticas.

Há várias outras políticas pactuadas, como o Programa Estação Juventude, um programa novo da Secretaria Nacional de Juventude, que também está em implementação agora.

O terceiro eixo é Transformação dos Territórios.



É neste eixo que a gente reconhece que determinados lugares — aqui no DF, por exemplo, Itapoã, Paranoá, Estrutural, entre outras áreas — a gente não pode deixar de olhar com um cuidado especial.

O terceiro eixo tem como é atuar sobre os territórios com mais altos índices de homicídio dos Municípios, ampliando os espaços de convivência, a oferta de serviços públicos e equipamentos que, além da educação, também possam dialogar com cultura, acesso ao lazer e ao esporte.

O quarto eixo, muito importante, em que a gente tem observado avanços significativos, é o do Aperfeiçoamento Institucional.

Este é um eixo em que a SEPPIR joga um papel fundamental nessa parceria com a gente, porque é o eixo em que a gente propõe o enfrentamento ao racismo nas instituições que se relacionam com os jovens, principalmente com os jovens negros, olhando aqui — como a Beatriz já trouxe — os sistemas de segurança pública. Todas as ações que Beatriz mencionou são extremamente importantes para o Juventude Viva. Também estão incluídos neste eixo o sistema de saúde, o sistema de educação, o Judiciário, entre outros.

Nossa perspectiva é contribuir para reverter o alto grau de letalidade policial por meio da formação, do fortalecimento do controle externo e da redução da impunidade, o que acreditamos ser possível, entre outras, com essa parceria importantíssima com o Programa Brasil Mais Seguro.

A gente também tem trabalhado muito a sensibilização e a formação de gestores. A SEPPIR tem oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional. O Ministério da Saúde também tem promovido seminários e oficinas com essa perspectiva, voltados para o sistema de saúde. Assim, a gente vai dialogando com a gestão pública, quebrando a ideia de que a gente oferece um tratamento igual a negros e não negros. A gente promove, sim, discriminações e precisa reconhecer isso, e a oportunidade de fazermos isso é com o Juventude Viva.

Aqui temos alguns exemplos do que já está sendo implementado em Alagoas. Já existe em andamento um sistema de monitoramento para o Estado de Alagoas. A gente está agora estruturando o mesmo sistema para a Paraíba, o DF, São Paulo e Bahia, os outros lugares a que o Plano já está chegando.



Darei alguns exemplos para vocês do que a gente verificou que já está acontecendo.

Em Alagoas, no eixo Transformação dos Territórios, a gente identificou quatro Ministérios e uma Secretaria Nacional envolvidos e cerca de doze programas vinculados.

Já estão em andamento, pelo Ministério da Saúde, o Núcleo de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde — NPVPS, que está começando a incorporar a perspectiva de um olhar específico para a juventude negra; e as Academias de Saúde. Pelo Ministério da Educação, o Programa Mais Educação; o Programa Escola Aberta; o Programa Ensino Médio Inovador. O PROJOVEM também está chegando lá agora, mas ainda não está implementado. A gente conseguiu levar o PROJOVEM de volta para Alagoas. Há, ainda, o Mais Cultura nas Escolas, o Programa Saúde na Escola, uma iniciativa muito importante de formação de gestores com um olhar específico do Juventude Viva, uma parceria importantíssima para nós. Há o CEUs das Artes, os Pontos de Cultura, com o MINC; a Estação Juventude, com a Secretaria Nacional de Juventude; e o Projeto de Esporte e Lazer na Cidade — PELCs, o Programa Segundo Tempo na Escola e o Programa Segundo Tempo Navegar, do Ministério do Esporte.

A gente verificou que essas ações, articuladas pelo Comitê Gestor do Juventude Viva em Alagoas, já estão em implementação.

No eixo Oportunidades e Garantia de Direitos, o Projeto Vivajovem.com, do Ministério da Saúde, já tem edital sendo executado lá; o PROTEJO e o Mulheres da Paz, do Ministério da Justiça já estão lá. O PROJOVEM Urbano está aqui com o PRONATEC, pelo Ministério da Educação; e os Centros de Economia Solidária, com o Programa do Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, do MTE.

No eixo Aperfeiçoamento Institucional há ações do Legislativo que dialogam com o âmbito nacional, mas a gente também pretende impactar os Estados, como é o caso do Projeto de Lei nº 4.471/12, do Deputado Paulo Teixeira, elaborado também com o Executivo, como a Beatriz já mencionou, pela SAL — Secretaria de Assuntos Legislativos, do MJ. Esse projeto está para ser votado; a pauta estava trancada. A gente está esperando muito, e com pressão dos movimentos, pela



aprovação desse PL. Também, com a SEPPIR, estão em andamento as Oficinas de Abordagem ao Racismo Institucional. O Ministério da Saúde também está lá, com a Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e Outras Violências. O Programa Brasil Quilombola também tem uma interface com o Juventude Viva em Alagoas. O Ministério da Saúde também tem feito as Oficinas para o Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra no sistema de saúde. Do Ministério da Justiça — a Beatriz já mencionou —, há a nova matriz curricular para os profissionais da segurança pública; e os novos Procedimentos de Abordagem Policial. Temos dialogado também com a SEPPIR por um Pacto Pela Vida Da Juventude Negra com Judiciário. Aí há uma importante pesquisa com o Ministério da Justiça e do PNUD em relação a isso. O MEC também está presente, com o Programa Educação Inclusiva. Foi criada em Alagoas a Promotoria de Combate ao Racismo e Intolerância, com grande esforço de articulação da SEPPIR.

No eixo Desconstrução da Cultura de Violência, há a Campanha Juventude Viva, que agora entra em uma nova fase — vou mostrar para vocês o filme novo agora — e também o Projeto Vivajovem.com, além de outros núcleos da saúde em atuação.

Com a expansão, o Plano chegou, em 2013, depois de Alagoas, à Paraíba — o Plano foi lançado em agosto —, ao Distrito Federal e a Municípios do Entorno, considerando aqueles prioritários da lista dos 132. Então, em Alagoas são 5 ou 6 Municípios; na Paraíba são 5 Municípios; no Distrito Federal e Entorno, mais 6 Municípios. Um Município de São Paulo lançou o Plano também agora, em outubro, e a gente vai lançá-lo em Guarulhos agora, no dia 7. Osasco está preparando sua adesão, assim como Campinas; Diadema também já fez a sua adesão. Esses são os Municípios prioritários.

Vamos agora, na próxima semana, para a Bahia, o Estado que tem mais Municípios no Juventude Viva: são 19 o Municípios baianos na lista daqueles mais vulneráveis que o Plano atinge.

Com relação aos recursos, é importante dizer que existe uma pactuação junto ao Governo Federal de priorizar esses Estados em que a gente está expandindo. Não significa que os outros Estados que têm Municípios na lista dos 132 Municípios não possam já trabalhar o Plano. A maioria dos programas pactuados pelos





Ministérios que participam do Juventude Viva tem uma pontuação maior para os Municípios do Juventude Viva.

Isso significa que, independentemente dos Estados em que a gente está fazendo um lançamento político e uma pactuação mais de perto, um acompanhamento maior, no que cabe as nossas equipes conseguirem fazer, esses outros Municípios já podem aderir ao Juventude Viva, e, não vou dizer que é automático, mas eles já têm uma prioridade no acesso aos programas que estão pactuados, que são cerca de 40. É o caso do PROTEJO e de outros. Quando aderem aos programas — no caso da educação, o PROJovem, por exemplo —, existe um *per capita* maior por aluno em Município do Juventude Viva, existe uma formação específica para os gestores em relação ao enfrentamento do racismo e outras questões.

Então, o que a gente pactua em relação aos recursos é a possibilidade de acessar esses recursos, à medida que se enviam projetos, que se participam dos editais e que eles têm prioridade nesses editais. Neste momento, com o Ministério da Educação, são tantos Municípios na Bahia! A gente verificou que só o Mais Educação e o PRONATEC tem um investimento muito significativo.

Que diferença o Plano faz, só para concluir? A gente sabe que está falando de um processo de mudança de valores, de inversão de prioridades e de afirmação de que a população negra não é minoria, como o Secretário Giovanni afirmou — a gente precisa trabalhar na transformação das nossas instituições em relação a isso.

Então, a gente verifica como principais resultados do Plano, até agora, em primeiro lugar, mudanças de valores conjugadas com ações práticas em prol da juventude negra como sujeito de direitos.

Além disso, o fato de o tema ter sido assumido como uma questão de Estado, o que nunca tinha sido feito antes — é uma demanda reprimida que começa a ser elaborada como agenda do Estado brasileiro — não só do Estado de Alagoas.

O reforço na dimensão da prevenção. Porque é uma soma, não é, Beatriz? A gente diz que a prevenção é a nossa vacina de médio prazo. A gente não pode, como diz a Secretária Regina Miki, enxugar o gelo só armando mais, só reforçando a repressão policial; a gente precisa ter essa saída de curto, médio e longo prazo,



que é a inclusão desses jovens que não têm oportunidade e estão mais expostos à violência. Então, reforçar a dimensão da prevenção é fundamental.

Também percebemos o racismo institucional — reconhecemos que ele opera — sendo pautado e trabalhado nas instituições parceiras, o que é muito importante.

Outro resultado do Plano é que a articulação pela aprovação do projeto de lei que estabelece o fim dos autos de resistência ganha visibilidade, com a situação importante dos nossos Estados parceiros, como Alagoas.

Observamos também a articulação intersetorial com o Sistema de Justiça, algo novo, em que neste ano a gente conseguiu avançar, trazendo aquelas pessoas que também não tratam de forma igual a nossa juventude negra. O Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça, a OAB, as Defensorias trouxeram essa pauta para os seus planos de trabalho. Isso é o que o protocolo trouxe.

Aqui temos umas imagens do que tem sido levar o Plano para o Brasil, para os Estados.

Aqui o lançamento, em Alagoas.

A necessidade das reuniões com a sociedade civil, sempre, com os comitês de gestão do Plano.

Aqui o Plano chegando à Paraíba — está em João Pessoa e em mais outros quatro Municípios.

Aqui o lançamento no DF, onde a gente contou também com a Ministra Eleonora, que esteve lá reforçando a nossa parceria com a SPM, além da Ministra Luiza Bairros e do Ministro Gilberto.

O Plano também foi lançado em São Paulo. O Gog estava lá, não é Gog? Eu pus uma foto sua aqui com “os mano” (sic).

Aqui são os nossos próximos passos.

São Paulo já foi.

A Bahia, na semana que vem, na segunda-feira.

A ideia é, entre janeiro e fevereiro, chegar ao Espírito Santo.

Também já estamos avançando as conversas para o Rio Grande do Sul.

A prioridade para o próximo ano é chegar ao Pará também.

Então, está no nosso escopo esses lançamentos prioritários chegarem a oito Estados.



O Rio de Janeiro também já fez uma adesão voluntária e está trabalhando para articular. Vários Municípios do Rio já fizeram adesões voluntárias.

Já são 125 os pedidos de adesão voluntária ao Plano. Significa que outros Municípios, que não estão na lista dos 132, mas estão assumindo o compromisso político desse enfrentamento à violência, somam-se ao Plano Juventude Viva, fazendo adesões voluntárias e se comprometendo a se organizar institucional e politicamente para levar essa agenda adiante.

Para esses Municípios não há pactuação de ações específicas com os Ministérios, mas, para nós, é muito importante saber que, além dos prioritários, mais de 100 Municípios do País querem estar com a gente no Juventude Viva.

A Presidenta Dilma assume, cada vez mais, essa pauta. No dia 5 de agosto, que foi o dia da sanção do Estatuto da Juventude, ela recebeu uma carta dos artistas pelo fim da violência contra a juventude negra. A carta foi lida pelo Gog. Aqui está o Érico Brás, o Jurandir do programa *Tapas e Beijos*, que também é do Bando de Teatro Olodum, entregando essa carta para a Presidenta Dilma.

A gente sabe que este é um momento em que o tema está na agenda, e, para nós, é muito importante a parceria com o Legislativo, para a gente levar à frente o que pode ser o primeiro grande legado do Plano Juventude Viva, que vai ser — a gente está com força e querendo muito — a aprovação do Projeto de Lei nº 4.471/12, que institui a obrigatoriedade de investigação em caso de resistência seguida de morte — os autos de resistência. Isso seria uma vitória importante do Juventude Viva e de seus parceiros. Esse PL foi pensado no âmbito do Juventude Viva para a vida da nossa juventude e de todo mundo que tem sofrido com a violência policial em nosso País.

Para terminar, vou pedir ao Ricardo para passar o novo vídeo da campanha. São só 30 segundos.

Ficamos à disposição para continuar dialogando.

*(Exibição de vídeo.)*

**A SRA. FERNANDA PAPA** - Obrigada, gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Eu quero agradecer à Fernanda Papa pela aceitação do nosso convite e pela sua participação nesta audiência.



Concedo a palavra ao Sr. Genival Oliveira Gonçalves, o Gog, *rapper*, escritor, ativista, que nesta Casa já esteve por diversas vezes participando de diversos eventos. Inclusive, na última vez que eu o vi, nós estávamos militando pela aprovação do projeto de lei que traz o fim dos autos de resistência.

O senhor tem a palavra por 10 minutos. Seremos flexíveis com relação ao tempo.

**O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES (Gog)** - Agradeço a concessão da palavra. É muito importante estar aqui. Agradeço ao Deputado Amauri Teixeira; à Deputada Erika Kokay, que também é nossa parceira; ao José Alves; ao Giovanni Harvey; à Fernanda Papa e à nossa Beatriz Cruz, que está presente também.

Gente, vendo toda esta exposição, este debate, nós vemos o quanto estamos expostos, não é Maurício? O que aqui são dados e estatísticas, para nós são proximidades, são amigos, são vizinhos, são expectativas nossas. Vendo e ouvindo tudo isso, vem o *flashback*, vem a revolta, realmente.

É necessária a responsabilização do Estado, historicamente, por isso. Nós nascemos e fomos criados num Estado racista, preconceituoso. Por mais que isso assuste, é a normalidade das coisas. Este ponto a que chegamos era o ponto que, desde o início, já estava previsto. Realmente, o capitalismo é o gigante de pés de barro. E a gente o patrocina. Muitos de nós patrocinamos isso de alguma forma.

O grande problema de tudo é que tudo isso é fisiológico e se transforma. Hoje nós temos os discursos progressistas dos reacionários de plantão. Eles aprenderam a falar. Partidos como o DEM e o PSDB — que, para nós, eram os capitães do mato —, hoje têm uma juventude negra; é a juventude negra tucana, a juventude afro tucana. A gente não encontrava essas pessoas pela rua nas nossas caminhadas históricas. Isso nos assusta bastante.

O Plano Juventude Viva nasceu Juventude Negra Viva. Acho que o grande debate que se tem que colocar é que nós perdemos a negritude. A negritude nós já perdemos no debate, antes do lançamento do programa, não é, Fernanda? Isso precisa ser colocado.

Eu vejo também que, no Juventude Viva, mais do que encontros culturais, discussões culturais, nós temos que ter uma cultura do encontro. A cultura do encontro é o que nos falta; é o diálogo. Nós mesmos, da periferia, nos encontramos



nos velórios — nós nos encontramos nos velórios! A gente está distante dos debates.

Isso referenda, reforça mais ainda o discurso daqueles que dizem: “*Vocês estão assim porque são desorganizados*”. Historicamente nós somos trabalhados para ser desorganizados. Mas a nossa desorganicidade nos deu também organicidade: nós temos um tecido adiposo, grande, chamado Movimento Negro. As células desse grande Movimento estão dispersas e, muitas vezes, essas células não têm a percepção e a dimensão do quanto é importante nós estarmos juntos e juntas nesta caminhada.

Outra coisa. Quando se usa a palavra “enfrentamento” — enfrentamento contra a violência, enfrentamento contra tudo isso que está exposto —, naturalmente, é porque há outro ator. A gente não enfrenta o nada. Então, naturalmente, a partir do momento em que você tem um enfrentamento, você vai ter um contraponto, como se fosse uma autodefesa do lado enfrentado.

O que acontece? Está aí a importância de nós sermos um rolo compressor na caminhada, porque, a partir do momento em que nós despertamos o opressor do lado de lá, ele se prepara. Na mesma hora em que nós discutimos o PL 4.471/12, que tem que ser aprovado, nós já sabemos também do aumento exorbitante do número de desaparecidos no Brasil. Não tem corpo, não tem crime? Então, vocês vejam como as estratégias já mudaram. Enquanto nós estamos chorando os nossos mortos, eles já estão preparando os nossos “desaparecidos” — entre aspas —, que estarão mortos também.

É muito importante frisar que o Juventude Viva é muito mais que um plano; é uma estratégia de ocupação dos nossos espaços. Os territórios precisam ser ocupados. É por isso que eu, como cantor de *rap*, como negro, estou aqui; não é por outro motivo.

Eu acho que há algumas inverdades no Brasil — para não dizer mentiras. Por exemplo, dizer que aqui é a Casa do Povo é muito bonito, mas não isso existe. Esta não é a Casa do Povo. Esta é a Casa daqueles que, em sua maioria, historicamente, enganaram o povo.

Muitas vezes a gente tem que ter maturidade para descobrir também — e é só maturidade; a gente tem que amadurecer cedo — que a maior demagogia da



democracia é dizer que garante os direitos e deveres dos dois. Como dizia o Prof. Milton Santos, na realidade, no Brasil, não se tem equação democrática, porque quem tem dever só tem dever e quem tem direito quer privilégio. Quer dizer, o princípio democrático não se efetiva.

Então, vejam bem o nosso enfrentamento. Nós temos um PIB em que nós contabilizamos as armas, mas não contabilizamos a perda dos jovens. Nós temos um País, um Estado, um sistema cujo combustível é o capitalismo, e essa máquina de moer gente não quer saber quantos estão sendo moídos; ela quer saber se no PIB dela está a contabilidade das armas. É muito difícil, não é?

Eu vou colocar os desafios. Hoje nós temos a discussão do PL 4.471/12, que trata de morte física, mas nós temos a discussão da Lei nº 10.639/03, que trata de morte mental, o esquecimento histórico.

Eu não sei se você tem os números, Fernanda, mas são poucos os Municípios em que nós temos hoje observada a Lei nº 10.639/03 — no DF mesmo, isso é uma conversa. Então, de que adianta a educação integral, se nós não temos, nesse espaço físico integral, a integralidade das discussões?

Nós temos que estar muito perceptivos ao que está acontecendo. Nós vivemos em um Estado que se diz de direito, de avanços. Mas será — para nós negros e negras — que os espaços que estão sendo ocupados ou nos quais nós temos transitados estão sendo conquistados, ou nos estão sendo abertos, de modo que nós estamos sendo colocados nesses espaços, estão nos dando acesso a esses espaços, para nós termos a falsa impressão de que estamos numa caminhada de crescimento? Isso é um divã; é uma provocação.

Outro tema que muito nos machuca é o acesso à Justiça. É tudo muito complicado. O final do trânsito é o moleque exposto. Mas, na realidade, o acesso à Justiça, para nós, é muito complicado.

Eis um dado: dos cem casos de roubos a bancos no Brasil nos últimos tempos, 100% dos casos foram elucidados; do número de homicídios cometidos, apenas 8% das investigações chegam até o final. Mais uma vez, nós vemos o econômico bem acima do pessoal.

E essa equação não muda. Nós temos avanços, nós temos caminhadas, mas, na realidade, a pedra sedimentar — o sustento — continua; o sofisma continua



pregado. E nós estamos crescendo exatamente em cima de uma pedra do mal — de uma pedra do mal, repito!

Se nós formos pesquisar a maioria desses 142 Municípios hoje, vamos ver as pessoas dizendo: “*Gog, mas é a droga*”. Mas se fosse a droga a causa de tudo isso, estaria morrendo também uma maior quantidade de não negros. O envolvimento com a droga estaria... E nós percebemos que é o racismo que permeia isso. O Estado, através dos autos de resistência, tem uma autorização para matar, mas ele sabe quem mata: ele tem a cor; o homicídio tem cor.

Por outro lado, nós vemos que o Juventude Viva... Vou até levantar um pouco. Minha profissão é esta: gesticular. Cantor de *rap* não tira férias, como nós falamos. Todos os dias é uma cena. Está bom, só não puxa o meu tapete. A cadeira pode puxar.

Então, o que acontece? Nós falamos em espaços ocupados, em vilas a serem construídas, em tudo. E os nossos espaços? Nós temos a Vila dos Sonhos, aqui no Distrito Federal, um sustentáculo, uma casa nossa na Ceilândia, que foi derrubada pela AGEFIS, recentemente. E o que se fazia lá? A maioria lá é juventude negra. A Vila dos Sonhos estava no fundão da Ceilândia, no Setor P Norte, mas era ladeada pelo Condomínio Sol Nascente, que é o maior aglomerado urbano, a maior ocupação urbana, periférica, não legalizada do Brasil — já é maior do que a favela da Rocinha — e da América Latina. Então, a qual senhor tu serves? Essa é a pergunta.

Estamos cansados de falar “*vamos embora!*”. E nós vamos. É claro que não queremos o outro lado da moeda aqui, mas e aí? Vamos dialogar de verdade?

Nós vemos essa quantidade de recursos do Plano Juventude Viva. Realmente, existe, mas como vamos meter a mão nesse dinheiro? Dinheiro, para nós, é o combustível que vai trazer a mudança, Fernanda, mas é muito difícil esse entendimento. Eu estive agora em União do Palmares, a terceira cidade mais violenta do Estado de Alagoas, seguida por Arapiraca e Maceió. Estou lado a lado com o Juventude Viva. Mas é muito difícil, Fernanda, ouvir isto dos moleques: “*Gog, não está funcionando aqui*”. Está faltando a cultura do encontro. E nisso o *hip-hop* tem o rastro, ele tem o rastro.



A Vila dos Sonhos é uma parte do extermínio da juventude negra também, Maurício. Quando isso acontece, não vemos ninguém em frente à cadeia, falando “*levanta!*”. Apoio político não chega.

Nós percebemos que existem vários brasis dentro do Estado, nós vemos que a política partidária nos atrapalha. Vou citar números para vocês terem uma ideia: a Fundação Cultural Palmares investiu aproximadamente 300 mil reais; o Deputado Paulão contribuiu com emenda parlamentar de 300 mil reais; e o Governo do Estado de Alagoas ofereceu 8 mil reais — foi o que pôde dar de contribuição a Alagoas —, para a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra. No dia 19 de novembro nós estávamos lá. Eu tive a honra de subir a Serra da Barriga.

Então, a grande dificuldade do Juventude Viva — e eu posso falar isso, Fernanda — é exatamente a pactuação nos Estados, pelo Prefeito ou pelo Governador. Por exemplo, o que o Estado de São Paulo colocou? É claro que ele colocou bem menos do que o Governo Federal, mas, depois, nas propagandas, quer lucrar com isso. É preciso prestar bastante atenção a isso.

Realmente, eu não acredito que há do nosso lado agora pessoas que historicamente nos enfrentaram. Talvez o maior desafio nosso, para manter a nossa juventude negra viva neste Brasil, seja o de perceber quem nós temos que enfrentar.

Por exemplo, no meu caso, no caso do *rap*, a mídia fonográfica chegou. Todo mundo quer um cantor de *rap* no seu programa, na sua caminhada, mas, na realidade, a discussão abissal, o pré-sal da discussão não existe. O ouro negro não está sendo preservado no Brasil, na realidade. Estão cavando a 7 mil metros de profundidade para pegar um ouro negro que é volátil, mas o ouro negro perambulante está sendo perdido todos os dias. Não temos esse investimento. Esse pré-sal está difícil. Foi isso o que nós viemos reivindicar aqui. Parceria é uma coisa. Está acontecendo hoje, agora.

Sobre Planaltina, no final de semana, o Daher publicou no Facebook o seguinte: “*A gente não aguenta! Foram cinco homicídios aqui na quebrada, no final de semana*”. É louco! Quando nós chegamos lá, vemos o jornalista do jornal que custa 50 centavos querendo tirar foto dos meninos, para fazer a exposição. Então, não adianta a sociedade apoiar, se o poder público deixa esses jornais “*à vontade*” para fazerem o que querem e para lucrarem ainda mais com a preservação dessa





indústria do cadeado, da segurança. Porque todo mundo acha que na esquina há um monstro, todo mundo quer ter uma arma na cintura. O que é ser não violento? Eu acho que eu sou violento porque não aguento mais a violência que nos é imposta. A violência física e a violência mental a que nos expõem nos deixam violentos. Será que a paz de Gandhi é a paz que nós queremos realmente, como diz Nelson Maca? Essa paz de simplesmente receber. Então, o que é ser um desobediente civil, nesse ponto? Essa é a grande discussão que eu quero colocar para vocês, esse é o grande tema do nosso momento.

Nós vivemos essa cena, e, principalmente dentro do *hip-hop*, eu quero dar continuidade a isso. Nós perdemos um momento de autogestão porque a política pública estava distante, porque o Sistema S não nos orientava. Para o *hip-hop* não existia o empreendedorismo, não existia nada. E as pessoas acham que a mídia televisiva vai nos ajudar. Por exemplo, o Diretor de Jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel, diz que não existe racismo no Brasil, diz que o problema do Brasil é desenvolvimento. Ele me chamou seis vezes para ir lá, e eu disse “não” seis vezes. Eu falei: *“Não vou, não vou, não vou, porque vocês são um monte de mentirosos. A minha carinha vocês não vão ter! Do caldo de Gog vocês não vão beber!”* Em nenhum momento estou falando aqui da postura de amigos, de parceiras e de parceiros meus que vão, mas eu percebo que é armadilha.

Eu estou vindo de uma semana de coexistência, em que falavam: *“Existo, logo sou participativo”*. Aí eu falei: *“Está errado.”* Quem existe necessariamente não é participativo, porque nos impedem de participar a todo o momento. O certo é dizer *“Exista. Logo, participe”*. Estamos vivendo um momento de convocação geral.

O que eu quero dizer, no fundo? A grande convocação geral que nós temos realmente que fazer é para um pacto social no Brasil, mas um pacto pela vida, e não um pacto econômico. As grandes obras, as grandes engenharias têm que ser operadas nos seres humanos, nos homens e mulheres deste País. Não adianta acender duas velas aqui e duas velas lá. Não é o balanço que dá. Temos que ter a postura de dizer: *“As minhas velas estão sendo acesas aqui”*.

Eu vou ser claro para vocês: para mim, a culpa é da cegonha. Para mim, a culpa é da cegonha. Porque eu nasci aqui, é daqui que eu estou vendo. Eu vou caminhando com as pessoas daqui. Mas nós estamos nos confundindo, muitas



vezes, na caminhada: *“Que legal! Eu estou aqui no Congresso com os Deputados”*. Eu não tenho problema para falar o que falei para uns moleques lá na quebrada, um dia desses: *“Olha, a política é a arte do possível e é como as nuvens no céu. O céu sempre existe, mas as nuvens passam”*.

Eu tenho que contar algo a vocês: *“Eu tive que apertar a mão de Renan Calheiros”*. Acho que Maurício estava presente. Os moleques disseram: *“Aí, não, Gog! Lavou, Gog?”* Eu falei: *“O grande problema é que a gente dependia dele para fazer o PL caminhar. Só que eu entreguei como Estado, eu não entreguei como um neguinho que está entregando um papel e pedindo. Eu falei: ‘Isso aqui é nosso, certo?’”*

Infelizmente, não vamos encontrar só parcerias, vamos ter que conversar também com as pessoas que historicamente não são nossas. Eu acho que Alagoas não é por acaso o Estado com o maior índice de violência. É porque é o Estado dos coronéis. Lá só existem ricos e pobres. Lá não existe classe média, lá não existem os remediados. Sabem qual é o enfrentamento que eu quero colocar? Eu subi a Serra da Barriga e vi, ao lado, as propriedades dos Lyra. Estão todas lá as plantações de cana-de-açúcar, por todos os lados. O capitão do mato continua lá; Domingos Jorge Velho continua lá também.

Então, temos que celebrar a Serra da Barriga. Na realidade, as pessoas pensam que lá ficava o Quilombo dos Palmares. Não. Lá ficava uma parte do Quilombo. Na realidade, a Serra da Barriga é o Mocambo dos Macacos. Havia dez mocambos. Nós ocupávamos toda aquela região, dali até a fronteira com o Estado de Pernambuco. Nós somos muito mais do que as pessoas entendem e do que se alimentam. Mas é preciso buscar informação.

Nós, negros e negras, somos muito criativos. O nosso grande problema é que somos péssimos negociantes. Infelizmente, como não sabemos negociar, acabamos nos vendendo. Negociar é diferente de se vender, é outra coisa. Eu não estou à venda. Se quiserem negociar, estamos aí para negociar. Agora, à venda jamais estaremos! Esse é o ponto.

Nós continuamos de luto no Brasil. Este Brasil ainda não é nosso, nem de direito nem de fato. Nem por direito mesmo. Eu nem queria estar aqui. Vejam o que fizeram comigo: Dom Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de



Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon. Para que isso me serve? Colocaram isso para mim. E as pessoas falam: “Educação, educação, educação”. Eu pergunto: Que educação? É essa a educação? Vejam o que fizeram comigo. Quem eu posso processar? Não sei. Colocaram em mim o nome de Genival Oliveira Gonçalves, GX. Não sei qual foi o meu nome. Tudo isso foi colocado, e nada disso é ressarcido. Eu queria a minha cota em dinheiro. Não queria discutir ação afirmativa, queria dinheiro, para eu pegar e falar “*eu vou resolver*”. O Governo, em vez de decidir — porque foi o Estado que instituiu o racismo, o preconceito e a escravidão no Brasil —, praticamente joga para a audiência pública a discussão, e fica esse racha na quebrada.

Na escola falam assim: “*O primeiro problema que houve, no Brasil, com a Abolição da Escravatura, foi exatamente este: em 1888, quando falaram ‘você podem ir embora’, ninguém tinha terra, ninguém tinha cavalo, ninguém tinha oportunidade, ninguém tinha nada*”. Nós criamos um novo espaço, chamado “favela”, chamado “comunidade”. Então, a favela nasceu negra. Temos que deixar claro isto: a favela nasceu negra, preta, da cor do betume.

Esse novo Estado que foi construído gerou toda uma contradição. Os efeitos medicamentosos dele, os seus efeitos colaterais, foram perversos. E não negros vitimizados, Giovanni, não tinham onde morar. E, mais uma vez, na quebrada simples, tem café quentinho e água geladinha. Nós recebemos, na favela, todo mundo. Nós pretos recebemos praticamente tudo aquilo que não foi quisto por esse sistema econômico. Cem anos depois, misturou, miscigenou. E, quando discutimos uma regulação social através de ações afirmativas e de cotas, os nossos próprios parceiros, que moram entre nós, falam: “*Mas eu quero também*”.

É preciso deixar claro que são dois problemas que nos levaram ao mesmo *habitat*: o problema racial e o problema econômico. A discussão das cotas sociais é importante também, mas as cotas raciais são nossas. Hoje, os caras da pele não nossa usam *dreads* e dizem: “*Eu também já tenho consciência negra*.” Parem! Consciência negra quem tem é negro e negra. Vocês podem ser parceiros e parceiras nossas, e nós queremos ter vocês lado a lado conosco, mas o problema é nosso, quem sente somos nós. Os divãs vêm para nós, os problemas psicológicos são nossos.



Por exemplo, as não negras na frente feminista. Mas, enquanto elas estavam marchando, quem estava cuidando dos bebês delas, Dani? Era meio parecida com você. Quer dizer, a mulher negra é pedra fundamental da raça humana, ela é guardiã da consciência soberana, ela é africana. Isso tem que ser colocado.

Portanto, não dá para fazer uma discussão se algumas coisas não forem fundamentadas, se não for arrancada essa pedra mentirosa que está lá embaixo. A convocação é geral, mas cada um tem que saber qual é o seu papel nessa transformação social. Não dá para continuar no Brasil do faz-de-contas, criando programas, simplesmente, se os papéis não são reescritos, reinventados, recolocados.

Esta minha fala de hoje é no sentido de provocar mesmo, de começar a colocar alguns nomes, porque todo mundo é legal. Dizem aí: *“Existe racismo no Brasil”*. *“Gog, é claro que existe. Mas ele mesmo é”*. O preconceito é um vírus, ele está dentro de todo mundo, de alguma forma. Isso é preciso admitir também. Agora, entupa-se com ele, morra com ele, não o coloque para fora, guarde-o para você, porque a doença é sua. Agora, você vem jogá-la em mim? Ou nele ali, ou nela ali. Esse é o grande problema. Cuide-se, tome um remedinho, melhore e venha conviver conosco de verdade. A diferença é algo saudável, a diferença é o que dá o diverso, a diferença é que vai dar o toque, o passe, o drible. Não podemos driblar para o mesmo lado. Lembra-se do Mirandinha? Ele fazia o mesmo lance sempre e acertava de vez em quando, porque o zagueiro até cansava de marcá-lo. Quer dizer, quem faz gol todo dia é aquele cara que faz um lance diferente.

Gente, a princípio, era isso o que eu queria falar. Eu queria provocar. Se alguém não gostou, a intenção era essa. Não é porque eu não gosto de você, é porque a situação é uma e não está boa para nós. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Obrigado, Gog, pela brilhante e emocionante intervenção.

Quero esclarecer mais uma vez que o requerimento para a realização desta audiência pública não é apenas de minha autoria, mas também da Deputada Erika Kokay. Apesar de não ser membro desta Comissão, a Deputada Erika tem promovido aqui diversas audiências públicas, em parceira conosco. Às vezes, o tema de uma Comissão nos interessa, mas não fazemos parte dela, e aí nós



fazemos a parceria — neste caso, eu sou o parceiro — para promover a discussão. E a Deputado Erika tem tomado essa iniciativa, tem mantido uma parceria muito forte conosco. Cito também o Deputado Delegado Protógenes Queiroz, que é um dos coautores do requerimento.

Concedo a palavra a José Alves da Silva, Secretário Adjunto da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Social do Governo do Distrito Federal, que disporá de até 10 minutos, com essa mesma flexibilidade que nós demos a todos.

**O SR. JOSÉ ALVES DA SILVA** - Obrigado.

Quero começar agradecendo ao Deputado Amauri Teixeira, à Deputada Erika Kokay — aliás, fui Diretor do Sindicato dos Bancários junto com ela e sei que é uma pessoa que tem uma consciência social marcante — e ao Deputado Delegado Protógenes. Quero parabenizá-los pela realização desta audiência pública.

Quero começar dizendo o seguinte: esta audiência estava marcada para as 9h30min, e agora são 11h30min. Significa dizer que, enquanto estamos nesta sala, três jovens morreram, dois dos quais eram negros. Essa é a estatística, e é contra isso que temos que lutar.

Deem uma olhada na galeria dos Presidentes desta Comissão. Num país como o nosso... *(Pausa.)* Nós não estamos representados no Estado brasileiro.

Esse debate entra na Casa do Povo agora. Por quê? Gog disse uma coisa fundamental: o grande problema é que o nosso inimigo é oculto. Eu tenho falado isso em todos os lugares por onde passo. O nosso inimigo é oculto. Você tem um inimigo verdadeiro? Alguém vai ter a coragem de enfrentar o Gog e dizer “*eu sou racista mesmo, e você é um negro, e negro tem que ir para a senzala*”? Não vai. Ninguém é doido. É a atitude. Nós não temos que medir pelas palavras, como ele bem falou. No Parlamento, normalmente todos têm um belo discurso. E o discurso você constrói a partir da sua plateia. Acho que é isso.

Nós estamos fazendo uma discussão que moveu o Brasil, sobre a questão das biografias. Se o tema da biografia estivesse sendo discutido aqui, esta sala estaria lotada. Todos os Parlamentares da Comissão estariam aqui. Isso aqui estaria fervendo, por causa de uma discussão hipócrita, sobre censura. Esta sala estaria lotada. Mas nós estamos discutindo uma questão fundamental: ou corrigimos isso, ou o Brasil vai para a insolvência. Os nossos jovens vão morrer, e não vai haver



quem sustente os nossos velhos. É fato. As pessoas têm que acordar para isso, o conjunto da sociedade, e começar a discutir com seriedade.

As políticas são fundamentais. Eu costumo dizer que a Secretaria de Segurança Pública não resolve problema nenhum, que ela corrige um problema criado pela inexistência do Estado. O Estado não toma determinadas atitudes ao longo do tempo, e a Secretaria de Segurança Pública é chamada, mas ela não resolve problema nenhum. Quem resolve o problema é a educação, é a saúde, é a conversa, é o diálogo, é tudo isso, que tem que ser feito. E o Estado tem que começar a discutir políticas públicas sérias que combatam isso.

O que o Gog falou é importante, porque o dinheiro não chega às pontas. Olha só que loucura: o Estado mais criminoso contra o jovem, o que tem o maior índice de letalidade, é Alagoas, mas, paradoxalmente, é o lugar mais seguro para um branco viver — é o lugar mais seguro para um branco viver. Isso mostra que existe racismo. E como vamos corrigir isso? Com políticas. A Lei nº 10.639 tem que ser implementada, para que ensinemos às crianças que não pode haver racismo, que não pode haver discriminação. Costumo dizer que a criança você ensina e que no velho você tem que bater. Se não gastarmos dinheiro para ensinar as crianças, com educação integral e, como disse Gog, com a integralização da educação, não vamos conseguir, efetivamente, alterar o *status quo*.

Dois por cento dos integrantes da Casa do Povo são negros. Só um Senador do nosso País é negro. Isso é fato. E por que aconteceu isso? Essa exclusão foi gerada pelo Estado. Há determinados momentos em que você é discriminado na rua por uma pessoa que efetivamente não é racista. Muitas vezes ela nem sabe o que está fazendo. Ela está comprando um discurso construído pela sociedade. Acho que precisamos corrigir isso.

A SEPPIR tem um projeto, chamado Polos Negros de Cultura, exatamente para ensinar as pessoas a negociarem e a não se venderem, como observou o Gog. Significa dar-lhes o suporte para que possam efetivamente discutir e construir.

O Secretário Viridiano me passou, ontem, uma tarefa: a de discutir a criação de um concurso de monografia sobre o tema, neste ano. É isso o que precisa ser feito. Nós precisamos ir para as universidades, precisamos ir para as escolas, precisamos fazer as pessoas discutirem, para que elas verifiquem que o racismo



existe efetivamente no nosso País. Temos que evitar o discurso falso e hipócrita de que ele não existe, de que não é conosco, de que o outro é racista. Isso é muito grave. Precisamos de políticas públicas, principalmente de debates nesta Casa. Eu acredito que, se formos pesquisar os Anais do Congresso Nacional, vamos ver que pouquíssimas vezes, que raríssimas vezes esse tema foi discutido aqui. É necessário que se discuta mais esse tema. É necessário que haja mais as cotas, que discutamos as políticas afirmativas, efetivamente. A partir daí, como disse o Gog, os negros poderão discutir esses problemas, sabendo exatamente o que é sentir na pele.

Acho que o Gog tem razão também em outro aspecto, o dos nossos aliados históricos. Em 1989, durante a primeira campanha eleitoral do Lula para Presidente da República, lembro que, de cima do caminhão, eu falava que Lula discutia a fome, que Lula discutia a miséria porque ele a viveu efetivamente, e não porque ele ouviu falar ou porque leu no livro. E a discussão do negro é a mesma coisa. Ouvir falar é fácil. Ser discriminado é outra história, é outro papo. E é necessário que se faça essa discussão e que se trabalhe.

As pessoas falam: *“Ah! Mas quem estudou teve oportunidade”*. Não, não tivemos oportunidades iguais. Não tivemos, efetivamente. Basta verificar como é a sociedade. Quando se discute cota, hoje, vem um rapazinho do Colégio Galois e diz: *“Por que ele vai ter cota e eu não?”* Porque você gastou milhões na preparação para o vestibular, e ele não teve a mesma oportunidade. É por isso que agora ele tem que ter um diferencial. É assim que funciona.

E sabem qual é o absurdo? Quando se discutem as cotas raciais, é uma confusão danada, mas, no Brasil, há muito tempo existem cotas para os filhos de fazendeiros. Em algumas Faculdades de Agronomia havia reserva de mercado para essas pessoas. E nunca se discutiu isso no Brasil. Aí não existe problema.

Lula disse outra coisa muito interessante: *“Quando se gasta dinheiro com rico, é investimento. Quando se gasta dinheiro com pobre, é despesa e tem que cortar”*.

Acho que tudo isso tem que ser debatido. Com os *royalties* do petróleo vamos poder construir, efetivamente, uma educação que, da base, possa caminhar para solucionar esse problema. E ele não vai ser solucionado amanhã nem na nossa geração. Sabemos disso. O problema foi criado há muito tempo, e muito tempo vai



ser necessário ainda para ser alterado. Vamos dizer que todos tomem consciência e comecem a fazer uma mudança. Quanto tempo vamos esperar para mudar aquele quadro ali, para chegarmos aos 30%?

Portanto, companheiros, eu acho que sobre essa questão nós precisamos refletir. Refletir com o conjunto. Todos temos que ser parceiros no sentido de construir novas políticas. E o Governo Federal tem mostrado disposição para isso. É necessário que os Governos Estaduais façam a mesma coisa.

Eu tenho conversado com o Secretário sobre a necessidade de criarmos um fórum nacional. Existe o Fórum Nacional das Secretarias de Cultura, existe o Fórum Nacional das Secretarias de Administração. É preciso criar um fórum nacional para discutir o tema, que é importantíssimo. Volto a repetir: a equipe econômica tem que entender que esta discussão que estamos fazendo agora é fundamental para a economia do futuro. Não é só uma questão de solidariedade. É necessário criar políticas públicas que façam, efetivamente, essa construção. E como se faz isso? Como se desenvolve isso?

Eu acho que todas essas questões são de fundamental importância para a construção dessa parceria. Por quê? Na medida em que construímos políticas públicas sérias, decentes, com fiscalização, sem a necessidade de travar uma luta. Como falou o Gog, se você está enfrentando alguém, você tem que se organizar, você tem que montar estratégias, você tem que discutir. O Estado tem que ajudar, mas a sociedade civil também tem que construir o debate. No momento em que você começa a debater, as pessoas começam a observá-lo. Há pouco tempo, ninguém comentava a quantidade de negros que havia na Câmara, ninguém comentava a quantidade de negros que havia no Senado, ou a constituição das grandes empresas.

Como se diz na Internet, deem uma “pescoçada” ali na galeria dos Presidentes desta Comissão. Façam uma reunião hoje com executivos de grandes empresas nacionais e multinacionais e vejam o que acontece. Peguem executivos de empresas estatais. Vocês verão que houve discriminação. Esse processo precisa ser construído, efetivamente.

Por último, eu gostaria de falar que não tenho nada contra Hilbert, nem contra a menina que foi escolhida para apresentar o sorteio dos grupos da Copa do Mundo,





mas, para mim, eles não representam o nosso País. Ninguém tem coragem de falar isso! (*Palmas.*) Eu sinto muito, mas eles não representam o Brasil! Quem acompanha a Copa do Mundo sabe que é no momento do sorteio que se apresenta o país que vai sediar os jogos. O Brasil vai estar representado por dois galegos de olhos azuis. Nada tenho contra eles, mas eles não representam o nosso País, que tem 57% de negros! Como é que representam? Não representam. E, quando você discute isso, dizem que o racista é você, e não quem escolheu os dois apresentadores.

Está certo que quem promove o sorteio é a FIFA, mas quem tem que escolher os representantes do meu País sou eu. Tudo bem. Eu fico com o pé atrás em relação a essas questões. E também não acho que a *Globo* seja a mais indicada. E ela está colocando a culpa nos outros. Sabemos o peso que ela tem. Provavelmente, ela não faria o que fez se tivesse efetivamente a vontade de nos representar. Eu acho que, na pior das hipóteses, ela conseguiria colocar meio a meio. Ela diz que não. Ela diz que não teve culpa, que foi a FIFA que escolheu. Bom, eu acho que essas questões precisam ser discutidas. Aliás, elas já têm sido discutidas.

Para finalizar, mais uma vez quero agradecer ao Deputado Amauri Teixeira e à companheira Deputada Erika Kokay pela realização desta audiência e desta discussão, que, como sabemos, ainda vai muito longe. Temos muito o que debater e muito o que enfrentar, especialmente porque, como eu falei, o nosso inimigo é oculto. E é muito mais difícil atacar, enfrentar um inimigo oculto. O pior é que ele tem facilidade para atacar, porque ele não está, efetivamente, com a capa do contraditório.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Como eu passei direto para o debate, sem fazer nenhuma introdução, até porque eu sou ansioso no que diz respeito a cumprir horário — e isso também foi importante porque os senhores tiveram mais espaço —, antes de passar a palavra à Deputada Erika Kokay, eu queria dizer que nós concordamos com muita coisa dita aqui e que nos preocupamos com outras coisas.



Primeiro, vamos falar de Gog. Eu tinha dito algumas coisas em *off* e que nós convergimos. Não acreditamos na reversão do estado de coisas que existe hoje com aporte de recursos, com investimento em estruturas tradicionais apenas. Botar programas nas escolas atuais, nos modelos que existem, com as concepções que existem, é, muitas vezes, diluição de recursos. Precisamos revolucionar esses aparatos, esses aparelhos. Como o Gog disse, não dá para acender duas velas aqui, num governo de coalizão, e acender duas velas ali. Vamos acender dez velas aqui e ali, porque esta sociedade é desigual. E só se reverte a desigualdade com o investimento de muitos mais recursos do Estado naqueles que se encontram em situação de desigualdade nesta sociedade.

Então, o meu primeiro comentário em relação ao Programa Juventude Viva é este: eu tenho expectativas, é claro. Acho que avançamos muito. A Presidenta Dilma Rousseff tem aprofundado algumas questões. Agora, nós temos que fazer associações. Conversando com Gabriel, o Reitor da UFRB, considerada a universidade quilombola do Brasil, porque tem quase 80% de estudantes negros, eu dizia: *“Ora, não adiantam as cotas somente. Nós temos que ter uma política que sustente os cotistas”*. Coincidência ou não, o Ministério da Educação criou bolsa para cotistas. Como é que o estudante cotista vai viver na universidade com o bolso liso, como o Gog disse? Ele precisa de dinheiro para comprar um livro, para tirar uma xerox e, evidentemente, para tomar cerveja, para se socializar com os outros, para a sua manutenção mínima. E foi criada a bolsa, o que é importante. É preciso haver restaurantes universitários mais bem equipados e mais preparados dentro das universidades com essas características.

O aumento da cota para 50% é uma política importante de inclusão. O projeto de lei que a Presidenta Dilma lançou, na terceira conferência, sobre a reserva de 20% das vagas do serviço público federal para negros, é uma medida que terá extremo impacto, se nós conseguirmos avançar.

Mas, usando Milton Santos, como o Gog usou, se esses equipamentos... E por que a UFRB é a “universidade negra do Brasil”? Porque ela está na região do Recôncavo da Bahia, ela está onde os negros estão. Mas onde está a UFBA? É a Universidade da Federal da Bahia, onde estudei, onde fiz Medicina. Na minha época, só havia um negro fazendo Medicina, e só três vinham de escola pública,



inclusive eu. Era o ano de 1979. Onde está a UFBA? Onde estão todas as outras universidades?

Nós sugerimos ao Governo Federal — e acho que a SEPPIR tem que reforçar isto — que implante um *campus* da UFBA em Salvador, no subúrbio ferroviário, onde se concentra a juventude negra, e em Cajazeiras. Até porque os brancos terão dificuldade de ir para lá, de concorrer. É um espaço negro.

Então, nós temos que associar as políticas, revolucionar, mudar o modelo de equipamentos. Não adianta criar IFBA — Instituto Federal da Bahia. Os IFBA são importantíssimos, têm equipamentos maravilhosos, mas com os cursos que oferecem não possibilitam a inclusão dessa juventude de forma efetiva, para causar uma reversão, uma revolução. Como disse Giovanni, essa reversão e essa revolução são necessárias até para a sustentação do Estado.

Nós estamos vivendo a chamada “janela de oportunidades”. Ou seja, o Brasil ainda tem mais jovens do que velhos. Nós temos ainda a mão de obra necessária para, inclusive do ponto de vista previdenciário, sustentar outra geração, mas vamos ter uma reversão do ponto de vista da pirâmide. Se não aproveitarmos essa janela de oportunidades para dar o salto, daqui a 30 ou a 40 anos, quando estivermos em outro momento, vamos comprometer esta transformação que queremos.

O Governo Federal tem adotado políticas importantes desde o Governo Lula. Cito o decreto que possibilitou, que facilitou, que efetivou em alguns casos a demarcação das terras quilombolas e das terras indígenas, e a introdução do sistema de cotas. E a Presidenta Dilma tem aprofundado essas medidas.

Aqui, na suposta Casa do Povo, naquela galeria ali, como falou o Gog, não há negros. Mas não é só isso. Eu estou vendo ali a foto de uma mulher. Uma mulher na galeria masculina. Ali estão os ruralistas, à direita, praticamente, dominando esta Comissão.

Alguém aqui falou que a Secretaria de Segurança Pública corrige as distorções ou corrige as não políticas, as que nós deixamos de praticar, historicamente. E eu dizia aqui a Giovanni: *“Nós temos que desmontar este Estado, toda a sua estrutura. Este Estado não foi construído por nós e não foi construído para assegurar direitos às camadas populares”*.



Ontem eu fiz o registro de um artigo do jornalista Jaime Sodré, da Bahia, em que ele compara a retirada das baianas que vendem acarajé das praias de Salvador à perseguição dos negros recém-libertos ou não libertos que vendiam frutas nas ruas de Salvador na época colonial. Muitos comerciantes compravam as cartas de alforria dos seus amigos, dos seus parentes, e eles eram perseguidos, para não praticarem esse comércio. O Prefeito de Salvador e a Justiça Federal, alguns juízes, estão repetindo isso. Tiraram os barraqueiros das praias de Salvador, estão tirando de lá as baianas que vendem acarajé — falamos da subsistência de 430 famílias —, estão tirando os camelôs da porta do Mercado Modelo. Nós estamos dando a Salvador a feição de uma cidade para inglês ver. E essas pessoas são negras, evidentemente: as baianas que vendem acarajé, os camelôs. Essas categorias são de negros. E estão sendo, mais uma vez, empurrados para as margens da sociedade.

Como eu disse, nesta Casa vemos aquela galeria de brancos, de direita. A Secretaria de Segurança Pública não corrige aquilo que ocorre quando nós não praticamos política. Não. A Secretaria de Segurança Pública agrava a distorção. Quem mata os negros também, se não é a polícia? Então, a Secretaria de Segurança Pública não tem condição de corrigir a falta de políticas. Ela agrava a situação quando mata um negro.

Daí a necessidade de aprovarmos a proposta que prevê o fim dos autos de resistência. Nós temos feito um esforço. Havia um compromisso. Nós vamos passar pelo novembro negro sem aprovar nenhuma medida simbólica de afirmação ou de minoração deste estado de coisas. No mês de março aprovamos uma série de medidas afirmativas em relação à mulher. Foram poucas, mas as aprovamos. No mês de novembro não aprovamos uma sequer. Historicamente, no dia 20 de novembro, é realizada uma sessão especial por esta Casa. Diversos Deputados, inclusive eu, pediram que fosse realizada este ano esta sessão especial, no dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, mas não fomos atendidos.

Nós precisamos realmente, dentro desse Plano, conceber um aperfeiçoamento, porque as escolas atuais não estão preparadas para a reversão, com essas políticas. É preciso refazer, reconstruir o modelo das escolas, é preciso refazer, reconstruir o modelo das universidades, é preciso refazer, reconstruir todos



os programas e projetos, sob a ótica que o Gog citou aqui: a ótica de quem sofre a opressão, sem medo de enfrentá-la.

Nós vivemos um governo de coalizão. É claro que nós vivemos um governo de coalizão. Daí por que, às vezes, acendermos duas velas aqui e acendemos duas velas ali. Mas, enquanto acendermos duas velas ali e acendermos duas velas aqui, nós não faremos uma reversão desequilibrada, de forma positiva, do estado de coisas em que vivemos. Para desequilibrar de forma positiva o estado de coisas em que vivemos, temos que desmilitarizar as polícias militares. Sem fazer isso, não começaremos a desmontar este estado de coisas. O Estado da Bahia continua com o aparato policial intocável, praticando crimes contra a juventude negra. Eu digo isso mesmo sendo da base do Governador Jaques Wagner, mesmo sendo do PT. Isso tem que ser dito lá na Bahia, tem que ser dito ao Governador que, enquanto a Polícia Militar baiana mantiver a sua estrutura intacta, o seu aparato intacto, continuarão a ser perseguidos os jovens negros, continuarão a ser perseguidos os terreiros. Invade-se, destrói-se. No dia em que invadiram as terras indígenas, inclusive derrubando um templo indígena, eu cheguei ao plenário e disse: *“Eu duvido que a polícia derrube uma igreja católica ou um templo evangélico”*. Como era um templo indígena, um espaço sagrado indígena, a polícia simplesmente passou por cima do pajé, destruiu o sítio que era um símbolo religioso para aquele povo, porque, para ela, aquilo não representa um espaço sagrado. Para ela, espaço sagrado é uma igreja onde haja uma cruz ou um templo onde haja uma bíblia evangélica.

Esta é a nossa missão, esta é a nossa tarefa. É uma tarefa de grande monta: a de desmontar um Estado que não foi montado para conceder direitos, como disse Gog, mas para negar direitos, principalmente àqueles que historicamente estão à margem desse Estado.

Era essa a reflexão que eu queria fazer. Vou passar a palavra à Deputada Erika Kokay, uma das requerentes. Como eu disse antes, apesar de a Deputada Erika não ser membro desta Comissão, tem provocado, por meu intermédio, uma série de discussões importantes. Como ela não é membro desta Comissão, em tese, não poderia participar de seus debates, mas temos feito essa parceria e temos feito algumas discussões importantes em relação, principalmente, à afirmação do povo



negro, principalmente na contenção da violência, da mortandade que é provocada por todas as causas, mas também pelo racismo institucional de alguns aparatos do Estado.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Deputado Amauri Teixeira, eu queria de pronto lhe agradecer a generosidade de estar como membro desta Comissão, possibilitando esta discussão acerca do Plano Juventude Viva, que me parece absolutamente emblemático.

Como V.Exa. disse, esta não é a primeira vez que nós estabelecemos essa parceria. Recentemente promovemos, nesta Comissão, uma discussão sobre os direitos humanos nas corporações, particularmente na Polícia Militar.

Então, digo que esta discussão é extremamente relevante e se dar nesta Comissão é absolutamente fundamental porque esta Comissão tem um viés que é muito de contenção, que é um viés muito de encarceramento inclusive, o que estimula uma lógica que está presente no Brasil, e que precisa ser desconstruída, que faz com que nós tenhamos a quarta maior população carcerária do mundo. O Brasil tem um processo encarcerador que faz com que tenhamos a invisibilidade das políticas que são necessárias para uma sociedade que venha a eliminar os seus próprios presídios, como está fazendo a Suécia. Que nós tenhamos os nossos presídios fechados, pela inexistência de ocupação.

Mas é preciso que façamos este recorte do Juventude Viva. Eu penso que o Juventude Viva é uma construção absolutamente fundamental. E vem com uma lógica correta. Primeiro, porque vem de forma intersetorial. Porque é impossível fazer políticas públicas que não sejam enganchadas umas nas outras. Na medida em que os direitos humanos são indivisíveis e inter-relacionados, as políticas públicas, se não forem inter-relacionadas, não podem assegurar a sua própria qualidade.

Entre essas políticas, existem aquelas que são absolutamente estruturantes. Educação é uma delas. Se nós não tivermos educação de qualidade, dificilmente teremos políticas de qualidade de geração de renda, de cultura, de saúde. Mas as políticas têm que ser enganchadas, a lógica tem que ser intersetorial. O ser humano



tem vários direitos que precisam de leituras que possam potencializá-los e de uma articulação de políticas públicas nessa perspectiva.

O segundo aspecto é que ela tem uma lógica territorializada. E essa lógica de territorialização é absolutamente fundamental. Nós temos várias juventudes. Quando falamos da juventude brasileira, falamos da juventude que é estudante, mas também da juventude que está encarcerada. E o viés que nós temos hoje de penalização dos nossos jovens se expressa, em grande medida, pelo número de mortes.

Nós temos 50 mil homicídios no Brasil, ou por volta disso, sendo 30 mil de jovens. E, desses 30 mil, a esmagadora maioria é de jovens negros. Portanto, o Juventude Viva acaba sendo apropriado como uma política de desconstrução do racismo, de desconstrução da desigualdade que temos neste País e de luto, eu diria, da própria escravidão.

O Brasil viveu quase 400 anos com escravidão, mas saiu da escravidão como se ela não tivesse havido, como saiu da ditadura como se ela não tivesse existido, como saiu do colonialismo como se ele não tivesse existido. Nós temos uma lógica colonialista de construção da elite neste País das mais cruéis — e tinha razão Darcy Ribeiro quando disse isso. A nossa elite é extremamente cruel, porque adquiriu e acumulou a partir da desumanização dos seus trabalhadores, fato que perpassa inclusive o século XX e o século XXI; não se encerra no final do século XIX, com a dita Abolição. Portanto, nós aliamos desafios do século XIX e desafios do século XVIII que este Brasil ainda não superou, ainda não eliminou, a uma concepção de coisificação e de invasão do mercado na cidadania, na intimidade, na forma de ser, nos desejos, nos corpos.

Os corpos estão sendo dominados pelo mercado. Os desejos estão sendo dominados pelo mercado, por uma lógica coisificante do ser humano muito presente nesses instrumentos invisíveis de dominação, nos quais se inclui, inclusive, a opressão midiática, que é um instrumento de dominação que age como um líquido, entra nas casas, constrói concepções e determina subjetividades. E esse processo do século XXI se alia a desafios ainda do século XVIII e que o Brasil tem que superar. O Juventude Viva vem nessa perspectiva.

Nós temos dificuldade de implementá-lo? Temos dificuldade de implementá-lo, porque nós temos um País continental e precisamos trabalhar na mesma lógica



que a Secretaria de Políticas para as Mulheres está trabalhando, ao criar um sistema. A Secretaria de Políticas para as Mulheres está priorizando o sistema de gênero, o sistema único de igualdade e equidade de gênero em todo o Brasil, para que se possa ter representação municipal, estadual e federal e trabalhar com a mesma lógica do SUS e do SUAS. O Brasil precisa trabalhar com sistemas. Não tem como não trabalhar com sistemas, porque temos um pacto federativo, e a concretude das políticas se dá nos Municípios. O Município é que executa ou não a política, não é o Governo Federal que executa a política. Isso é fruto do pacto federativo. Então, é preciso pensar essa construção do sistema.

E o Juventude Viva também trabalha com o protagonismo. São três os elementos fundamentais: primeiro, a intersetorialidade; segundo, a territorialização, para que se possa identificar quem são os parceiros, quais são as juventudes que aquele território abriga, porque nós somos fruto do chão que pisamos também. Não somos seres que não têm relação direta com o chão que pisamos. Negar a nossa territorialidade, o que é um instrumento de dominação, é um pouco negar a nossa historicidade, o que é outro instrumento de dominação; é nos tirar a nossa própria história, inclusive a nossa africanidade. História é um universo de reconhecimento humano. Quando alguém nega a nossa historicidade e cria a lógica do aqui e agora, que é a lógica do consumismo, a lógica do mercado determinando, arranca a percepção humana.

Portanto, o Juventude Viva, penso eu, é um instrumento absolutamente valioso para que nós possamos fazer frente a esses desafios, os desafios que estão pontuando. As reivindicações que dizem respeito a direitos estão adquirindo uma conotação étnica que é absolutamente fundamental para eliminarmos os espelhos, os tetos e as paredes de vidro, que são transparentes e que impedem e impediam que o negro chegasse à faculdade e ao concurso público. Como são de vidro, ao não reconhecer esses jovens negros, eles se sentiam culpados por não terem oportunidades ou por não estarem no mercado de trabalho, em postos de alta renda, de gerenciamento; por não estarem nas faculdades; por não estarem nos cantos que todo ser humano tem que estar num país democrático. Assim, aliando esses três elementos absolutamente fundamentais no Juventude Viva, temos uma visibilidade





dos tetos e das paredes de vidro, o que é absolutamente fundamental para tirar o sentimento de culpa.

A alegação de que se alguém não entra numa universidade é porque a universidade não foi feita para todos e todas está sendo corrigida, a partir do Governo Lula. Ao mesmo tempo, reconhece-se o caráter racista, inclusive o racismo institucional, que existe neste País e que por muito tempo foi negado, foi invisibilizado. A invisibilidade do racismo no Brasil é muito profunda. Ela cria um sentimento de culpa nos negros, nos segmentos que são subalternizados, que faz com que não tenhamos a autoestima necessária para termos o protagonismo e mudarmos as próprias políticas. Por isso, reconhecer o racismo tem um caráter extremamente revolucionário: reconhecer que somos racistas; reconhecer que precisamos ter uma SEPPIR; reconhecer que precisamos de estruturas e de programas como o Juventude Viva; reconhecer e dar visibilidade aos negros que estão morrendo, que são vítimas dos autos de resistência.

Quando nós lutamos pelo fim dos autos de resistência, nós estamos lutando para que tenhamos a investigação de todos os crimes cometidos pela polícia, mas eles adquiriram uma conotação racial, porque nós estamos reconhecendo que são os jovens negros as grandes vítimas. Quando nós, então, assumimos quem são as nossas vítimas — e as nossas vítimas são os jovens negros —, destampamos um processo que é extremamente transformador.

Vou encerrar dizendo que nós precisamos trabalhar, penso eu, na construção do gênero e precisamos ter uma estratégia. A SEPPIR já teve essa iniciativa, mas é preciso que a gente traga para a Câmara, Deputado Amauri — a Frente Parlamentar de Direitos Humanos tem disposição de fazê-lo —, para fazer com que avancem proposições legislativas. Uma é a do concurso, porque nós temos clareza de que, quanto mais universalizada for a política, melhor, porque menos resistência se tem às políticas específicas, por incrível que pareça. A universalização das políticas faz com que nós tenhamos mais negros na faculdade, mais negros com escolaridade. Mas a diferença entre negros e não negros neste País, por mais que um número maior de negros e não negros estejam na universalização, é a mesma. Nós temos 2 anos de diferença de escolaridade. Por mais que nós tenhamos um contingente imenso de negros e não negros tendo acesso à educação, a diferença ainda será de



2 anos. Ou seja, a universalização das políticas não provocou a diminuição da desigualdade. Por isso elas são insuficientes. São fundamentais, necessárias, mas insuficientes para eliminar a desigualdade. Assim, nós precisamos de políticas específicas.

Nós temos a PEC do Deputado Luiz Alberto, para que nós asseguremos que haja negros tomando assento nesta Casa e possamos ter um Congresso que nos represente mais, porque este — eu estou de acordo com o movimento nas ruas, em junho — não nos representa e precisa urgentemente de uma reforma política. Segundo, nós temos o projeto das cotas para concurso. Nós precisamos ter uma estratégia para desenvolvê-lo.

Quanto aos autos de resistência, embora não sejam específicos, foram apropriados pela luta contra o racismo. Eu me lembro de uma mãe que falou em uma reunião que tivemos com o Presidente da Casa, numas das que ele se comprometeu em colocar... Eu acho que o nome dela era Débora, das Mães de Maio. Ela disse alguma coisa assim: *“Aprovar o fim dos autos de resistência é como se eu tivesse tendo meu filho de volta, embora eu saiba que ele nunca mais voltará. É como se eu tivesse o meu filho de volta”*.

Veja o que isso significa. Aprovar algumas proposições é como se a gente tivesse tendo a nossa democracia e os nossos meninos e as nossas meninas de volta, ainda que eles não voltem nunca mais. Eles voltam de forma simbólica, pela nossa ação.

Nós, portanto, precisamos promover a discussão da PEC, a discussão dos autos de resistência, a discussão dos 20% e, por fim, a discussão de outro projeto do Deputado Luiz Alberto, o Projeto de Lei nº 7.447, de 2010, que assegura os direitos dos povos tradicionais onde se encontrem. Ele tem uma marca étnica muito intensa. Embora não sejam necessariamente povos tradicionais com matriz africana, o conjunto dos povos tradicionais ainda carrega uma matriz étnica que é preciso ser considerada.

São quatro proposições que eu penso que nós deveríamos discutir, Deputado Amauri. Devemos chamar um grupo de Parlamentares, nos moldes do que foi feito pela SEPPIR, mas com a iniciativa Parlamentar, para que nós possamos traçar uma estratégia para aprovar essas quatro proposições, que são fundamentais para que a



gente vá fazendo os lutos que o Brasil precisa fazer e, ao mesmo tempo, assegure que nós tenhamos uma juventude viva.

Encerro fazendo a sugestão de que criemos uma Subcomissão. Esta Comissão tem dificuldades, pelo seu perfil. Eu tentei aprovar aqui uma audiência pública para que nós discutíssemos a postura dos policiais durante as manifestações, os excessos e os abusos, e não obtivemos aprovação. Não tivemos condições de aprová-la.

Mas, ainda que tenhamos dificuldades aqui, esta Comissão poderia criar essa Subcomissão no próximo ano, para que nós possamos pegar essa pauta étnica, pelo menos, com essas expressões. Há mais projetos, mas esses quatro projetos são extremamente emblemáticos. Que a gente trace uma estratégia para cada um, para que a gente possa eliminar o etnocídio, que atinge muito a população indígena, os quilombolas, e algo que me surpreende: o epistemicídio.

Nós estamos eliminando conhecimento, como o conhecimento das raizeiras, o conhecimento das comunidades tradicionais, dos terreiros. Esse conhecimento sofre um ataque ainda invisível, mas extremamente destruidor, que nós precisamos reconhecer e apontar.

Agradeço, mais uma vez, ao Deputado Amauri e aos componentes da Mesa e peço licença, porque vou ter que voltar para a discussão sobre populações de rua.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Deputada Erika, antes de V.Exa. sair, tenho uma notícia boa que minimiza esse epistemicídio. Foi tombado na Bahia, hoje, pelo IPHAN, o terreiro Ilê Axé Oxumaré. (*Palmas.*)

Nós vamos voltar ao nosso debate. Pela norma da Casa, os Deputados falam agora. Depois devolveremos a palavra à Mesa.

Apesar de eu estar pressionado pelo horário, vou quebrar um pouco esse rito da Casa — e é bom, às vezes, que se quebre o rito, porque ele também mantém a exclusão. Vou abrir espaço para que algumas pessoas, caso queiram, façam uso da palavra por 3 minutos.

Eu peço, para deixar registrado, que se identifiquem, dizendo nome e entidade, se for o caso, ou só o nome.

Pode fazer sua fala por 3 minutos.



**O SR. LUCAS RESENDE** - Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Lucas. Sou Conselheiro de Juventude no Distrito Federal, na Pasta de saúde.

Esse convite chegou a mim via *e-mail*, enviado pelo gabinete da Deputada Erika. Então, quero, primeiro, parabenizar o Deputado Amauri e da Deputada Erika por estarem fazendo esta audiência pública.

Infelizmente, não pude pegar o início da reunião e ouvir as primeiras falas. Eu vim porque, como o DF foi o terceiro ente federado a implementar o programa na sua região, queria escutar um pouco mais sobre ele, porque como Conselheiro eu queria acompanhar de perto a sua implantação no Distrito Federal. Inclusive, uma das perguntas que faço é ao José Alves.

Vou só seguir um pouco a linha de raciocínio. Eu cheguei na fala do Gog e acho que ele coloca algumas coisas importantes, que dialogam com a fala do Deputado Amauri e da Deputada Erika também, sobre a questão da contrapartida de Estados e Municípios. Eu acho que nenhuma política pública consegue ser efetiva se não houver isso que a Deputada Erika colocou no final, que é a questão do sistema. Todas as políticas efetivas no Brasil... Por exemplo, hoje eu trabalho no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, e existe o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que eu avalio como muito efetivo, porque engloba várias políticas. Essa intersetorialidade é que dá efetividade ao sistema em si. Então, eu acho que esse é um primeiro ponto importante.

O que o Gog também trouxe e que eu acho que é muito importante é a questão da educação. Nos últimos dias, houve na Presidência da República a exibição de um filme, e eu acho que é importante nós trabalharmos com esse filme nas escolas, principalmente. O título do filme é *Uma história de amor e fúria*.

O filme conta a história do País na visão do oprimido, porque a gente sempre teve a visão, como o Gog coloca em todas as suas explanações, do opressor na educação. Nesse sentido, eu acho que é importante também nós caminharmos na... A gente tem hoje a Comissão da Verdade, que investiga os casos da ditadura, e eu acho que também é importante nós termos uma comissão da verdade para resgatar a nossa história, e que essa história seja passada na nossa educação, porque a gente sempre escuta a visão da educação eurocêntrica, da Europa, e tudo o mais,



mas não tem a nossa visão na educação, a nossa história, coisa que alguns outros países fazem. Então, acho que isso é importante também.

Quando o José Alves colocou a questão da representação, eu fiquei pasmo. No Dia da Consciência Negra — não sei se é porque o Facebook virou um campo minado de discussões políticas e tudo o mais — me surpreendeu muito a reação. Eu nunca tinha visto antes tanta reação ao Dia da Consciência Negra como eu vi nesse dia 20 agora, como o tal do vídeo do Morgan Freeman falando da tal da consciência humana e “bibibi” e “mimimi”. E me preocupa muito essa questão de a Presidente Dilma falar das cotas em concurso público, a questão do Dia da Consciência Negra, o Juventude Viva, enfim, uma série de programas. Como o Gog coloca, a gente tem que se armar, a gente tem que ser um rolo compressor contra essa reação. Eu queria colocar que me preocupa muito ver na juventude, nos meus amigos do Facebook — sei lá quantos mil amigos eu tenho — uma reação muito grande, um ódio. Não é um ódio de classe social, mas é um ódio étnico. Então, isso me preocupa muito e não sei como se consegue combater isso.

Deputado, eu queria dizer a você que ontem eu estava numa reunião e, quando você coloca que os nossos... Falo os nossos porque sou militante do Partido dos Trabalhadores, acredito nesse programa. Mas digo que a questão da demarcação de terras não está bem assim, Deputado.

Eu acho que nós conseguimos avançar em áreas, mas se nós pegarmos a demarcação em relação ao número de famílias que foram assentadas, nós perdemos para o Governo do Collor, para o Governo do FHC. É por isso que hoje está saindo nos editais do MDA uma busca incessante por novas pessoas na questão, principalmente, da demarcação de terras, porque a Presidente Dilma viu que os dados dela são para envergonhar. Para um partido que sempre esteve do lado da classe trabalhadora, dos oprimidos, das minorias é de envergonhar o pouco avanço que houve em demarcação de terra quilombola, indígena e afins.

Vou terminar a explanação dizendo que eu acho que o que a Deputada Erika coloca é o principal para que esse programa seja efetivo na sua base, como a questão de os Estados e os Municípios participarem. A questão que o Gog coloca sobre os 8 mil somente do Estado é vergonhosa!



Então, acho que só esse sistema conseguiria dar conta disso, com a questão da intersetorialidade, da territorialidade e do combate à setorialização.

E daí, José Alves, eu gostaria de saber como é que o DF está fazendo isso. Como é que está sendo feito? O programa já foi implantado? Eu queria saber quais são as medidas que estão acontecendo aqui no Distrito Federal, para que nós do Conselho de Juventude do Distrito Federal possamos acompanhar de perto a implantação do programa e, se possível, ajudar na sua efetividade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Pode se identificar e fazer uso da palavra por 3 minutos.

**O SR. RUY SIQUEIRA** - Meu nome é Ruy Siqueira. Sou especialista em Direito Legislativo. Fui Secretário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Atualmente, estou assessorando a Deputada Benedita da Silva.

A minha pergunta requer, primeiro, uma rápida reflexão. Quando o Gog fala em Estado capitalista, eu, como especialista na área de Filosofia, não posso esquecer de citar que esse Estado foi criado por um pacto entre escravagistas e cristãos, porque se tende a poupar os atores que protagonizaram a construção desse Estado. Está aí a clareza disso, quando se persegue, demoniza e criminaliza a religião afro e vários fatores. Não dá para pensar o Brasil fora desse binômio montado pelos escravagistas e pelos cristãos. Falo sobre isso com bastante tranquilidade, porque minha formação outrora foi cristã e hoje eu sou ateu convicto.

Quando o não negro acha que o nosso problema é social, eu sempre falo para a minha filha e para as pessoas que, diante da violência urbana, enquanto o não negro tem só um assombro, o marginal, nós temos dois assombros: o marginal e o policial. Então, a gente tem sempre um bocadinho a mais de problema em relação ao não negro.

É uma balela muito grande dizer que o nosso problema é social, porque hoje eu sou classe média-alta, tenho um padrão alto, mas quando eu estou no *shopping*, ou nas ruas, o olhar é o mesmo que para o negro pobre. Então, é outra falácia, na tentativa de escamotear o nosso problema.

Eu acho, Deputado — o senhor é nosso grande aliado, estamos sempre juntos aqui —, que não basta... Nós temos que pensar nos autos de resistência, no



projeto de abuso de autoridade. Não adianta a gente trabalhar só os policiais. Fui Secretário da Comissão de Direitos Humanos na Casa. Tenho uma enorme experiência para mostrar que o agente público e o servidor também não estão preparados para lidar com esse ator que está chegando ao espaço público. Diversas vezes, quando eu era Secretário, eu tive que estimular o agredido, que eventualmente era o negro e o índio, a buscar o Ministério Público. Eu faço isso sem o menor pudor, porque o meu compromisso, enquanto servidor público, é com a sociedade, que paga o meu salário. Não tenho o menor compromisso com o corporativismo. Vi isso fortemente aqui na Casa.

Em outros setores, o Estado trata o negro assim: quando chega à portaria, com um pouco de sensibilidade e de percepção, observa-se claramente o tratamento que o agente dá ao cidadão negro, e não é só o policial, mas também o agente público civil, que é fortíssimo na esfera pública do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Isso é claro. Então, não adianta pensar em uma política meramente policial, porque nós temos também outros atores que são inimigos da nossa luta e claramente nos tratam diferenciadamente nos setores públicos.

Eu acho que é importante pensar no desacato à autoridade. Na verdade, isso, além de legitimar a ineficiência do Estado, serve proteger aqueles que têm um olhar em relação às minorias extremamente preconceituoso.

Penso que é importante essa luta pela conscientização da polícia para um novo olhar. Mas enquanto a gente discute segurança pública, o Canadá já discute segurança da pessoa humana. Então, está muito mais avançado o debate sobre a segurança lá, muito voltada à pessoa humana.

Nesse sentido, eu acho que não dá para o Ministério da Justiça, para a Secretaria de Juventude lutar para reverter esse perverso quadro de genocídio, quando se vê o mesmo Estado fazer um concurso público e já promover a desigualdade seletiva, ao cobrar 200 reais de taxa em um concurso para a Câmara. Não me venham dizer que é democrático. Eu debato com os colegas. Não é. Por favor! Mais grave ainda exigir inglês e espanhol. Assim estou dizendo o público que eu quero. Não sou nenhum ingênuo, porque estudei muito, para não perceber essa lógica do Estado, que, ao mesmo em tempo faz um esforço enorme para fazer essa reversão de vidas ceifadas, acaba agindo assim quando realiza um concurso. E não



dá para esse mesmo Estado financiar emissoras de televisão e jornais que, deliberadamente, quando não há êxtase na morte do negro, fazem uma caricatura tremendamente equivocada do negro, em qualquer novelinha. E está lá o Estado, com o Banco do Brasil financiando isso com as propagandas. Então, é um negócio meio paradoxal, no meu entendimento.

Eu acho que o concurso é um bom exemplo desse paradoxo. Dizer que é democrático cobrar 200 reais é um cinismo. Mais grave ainda, como eu falei, é cobrar inglês e espanhol. É óbvio que são poucos os que fazem isso, e é óbvio que essa atitude acaba dizendo qual é o público que vai entrar no seleto grupo do serviço público. Mas, por vacilo do sistema, eu estou aqui. Não é por virtude do sistema que um negro que lavou carro e cortou grama chega aqui. Por favor, é por um vacilo do sistema, não por virtude da sociedade, que está aí dizendo que nós somos iguais. Nesse sentido, eu acho que o Estado tem que rever essas questões.

Quero parabenizar a luta. Eu falo muito que estou viajando cada vez menos pelo Brasil, enquanto negro. Eu sou classe média-alta, mas os caras me veem como suspeito. Então, não dá. Eu tenho um carro muito bom, mas a polícia me para e diz: “É seu mesmo?” Aí eu falo: “A minha mulher, que é branca, nunca fez essa pergunta”. É um negócio complicado. Então, cada vez mais, eu estou indo para fora do País, porque eu acho bem melhor. Eu acho que o negro, quando chega à classe média-alta é mentira. É má-fé de quem diz que superamos o nosso problema racial. Não é verdade. Eu fui Secretário da Comissão de Direitos Humanos. Matou-se por engano um psicólogo, um garoto cujo pai eu conheci aqui. Então, é uma balela, é uma falácia e é má-fé mesmo, porque não acredito no discurso ingênuo da classe média. Ninguém me convence de que ela é ingênua para acreditar numa tese dessa de que se matou por engano, que foi meramente coincidência.

Acho que o debate tem que continuar. Não milito no movimento, mas eu escrevo muito sobre a questão racial. Estou escrevendo, agora, um trabalho sobre quotas. E fui obrigado a fazer Direito por duas razões: para ter a minha cidadania plena, porque eu quero ver o policial me encarar, com a carteira da OAB. Estou louco para chegar esse momento, porque, enquanto cidadão de classe média-alta, que está no topo do serviço público, eles me veem como suspeito, e eu me recuso a ser domesticado com a vestimenta que eles querem me colocar. Não vou fazer isso.





Aqui na Casa eu vejo muito isso. Em segundo lugar, ao estar Direito Tributário, percebi que o sistema de quotas já vinga há, pelo menos, 200 anos, no Estado republicano, mas com outro tipo de sofisma: isenção fiscal. É outra linguagem, mas que carrega a mesma matriz.

Então, quando alguém fala assim: “Prof. Ruy, você teria confiança num jovem que foi médico pelo sistema de quotas?” Eu digo: “Olha, por essa lógica, eu vou ter que desconfiar, também, dos meninos de classe média que estudam de graça na universidade pública”. E também não é uma política... E é mais grave quando é integral, não é? É óbvio. Quando é integral já está restringindo a universalidade. Não precisa ser nenhum Ph.D. para ter uma percepção clara de como é que funciona o nosso Estado nesse sentido.

Parabenizo o Deputado Amauri e o representante do Governo.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Mais alguém quer falar? (*Pausa.*) Identifique-se, por favor. Você terá 3 minutos.

**O SR. MAURÍCIO** - Boa tarde. Meu nome é Maurício. Sou morador da Ceilândia — eu costumo dizer que moro na Ceilândia da Ceilândia —, onde a gente se sente excluído por parte da administração local.

Sou militante da Associação Vila dos Sonhos, que atua na Ceilândia, onde nós moradores da comunidade do Sol Nascente, do Setor P Norte, da Expansão do Setor O e da QNQ nos mobilizamos enquanto comunidade e temos trabalhado com a comunidade em geral.

No dia 17, a gente estava em uma viagem e estava discutindo dentro de um carro, em direção ao aeroporto, o que faríamos em relação a uma guerra que foi travada, recentemente, antes do dia 15, em que um jovem tirou a vida de outro com dois tiro de espingarda calibre 12. E, em retaliação a isso, a parte que perdeu esse jovem retornou e, como vingança, foi até as proximidades onde esse rapaz residia, fez um sequestro, levando um outro jovem. Chegando ao seu destino, torturou, espancou, queimou e depois assassinou esse jovem.

Isso que eu venho dizer aqui é mais um desabafo e uma indignação. Por quê? Eu estou cansado de conversas, estou cansado de conferências, estou cansado de eleger conselheiros, estou cansado de travar batalhas com o Governo.



Os governos, independentemente de partido, seja o que está atualmente atuando, seja o passado, nunca dão continuidade aos programa. Vêm com balelas, com conversas, com palavras, tentando iludir a comunidade, mas, de fato, não estão preocupados com o neguinho que está morrendo na favela; não estão preocupados com a criança que abandonou a escola e está na esquina vendendo droga ou usando a droga; não estão preocupados com o jovem que, com 8 anos de idade, está carregando uma pistola ponto 40 na cintura.

Essa é uma realidade que eu vivo na pele, é a realidade que a minha comunidade, lá na Ceilândia, na Capital do País, vive na pele, frequentemente. E, hoje, nós estamos com um projeto lá que acontece às terças, quintas e sextas-feiras, no meio dessa guerra. E onde está o Governo?

Aí, nesse caminho para a viagem, a gente estava indo em direção a União dos Palmeiras. Chegando a União dos Palmares, eu não vi outra realidade. Lá, durante as oficinas que a gente estava executando, um jovem de 8 para 9 anos de idade, ao avistar um outro jovem, incita os jovens que estavam na oficina: *“Vamos ‘pocar’ ele, vamos ‘pocar’ ele”*. Nesse momento, eu parei e disse: *“Vem cá, o que é ‘pocar’?”* Aí ele ficou calado, travou. E eu falei: *“É dar porrada?”* Ele disse: *“Também”*. Falei: *“O que mais é ‘pocar’?”* E ele: *“É matar ele. Nós vamos atirar nele”*. Aí eu falei: *“Vocês estão armados?”* E ele disse: *“Não”*. Isso dentro de uma oficina. Um outro jovem vinha passando, e ele o reconheceu.

Essa é uma realidade que a gente está vivendo não só aqui em Ceilândia, mas também em todo o País. E aí eu questionei sobre o Juventude Viva. Maceió, em Alagoas, é o carro chefe do Juventude Viva. Eu questionei aos outros jovens da cidade como é que estava funcionando o programa. E eu pergunto também para vocês como é que está funcionando. Cadê o resultado desse projeto? Porque o que os jovens de lá me disseram foi que não funciona para eles lá, não chegou para eles.

Ontem, após uma reunião que tivemos, fomos participar de uma espécie de conversa com a Coordenadoria de Juventude da Secretaria de Governo do Distrito Federal, na Ceilândia, onde está montada a carreta a que a gente foi. E me convidaram para essa conversa. Eu falei que não queria ir, porque eu não sei se, nesse momento, eu contribuiria com alguma coisa. Por quê? Fazem essas reuniões,



fazem congressos, fazem conselhos — citaram lá o Conselho de Juventude também, para fazer um Conselho de Juventude Distrital —, e eu pergunto: “*Qual vai ser o interesse?*” Porque vão lá, fazem consultas, falam, só que o resultado não chega na ponta.

A gente está em uma tenda, fazendo um projeto, para o qual a gente pegou um terreno baldio, um terreno que estava abandonado, cheio de lixo, entulho. Nós limpamos o terreno com a nossa própria força, com a força da comunidade, e conseguimos fazer uma pavimentação com concreto, de qualquer jeito, sem queda, sem desnível, de toda forma. Colocamos duas tendas e estamos executando um projeto com o comunidade local. O lugar deixou de ser um ponto de tráfico de drogas para ser um ponto de produção de cultura, para tirar as crianças das ruas, para mostrar para o nosso jovem uma outra realidade. Chega o Governo e recolhe as nossas tendas. Na correria para tentar reaver as tendas com a AGEFIS, eles falaram para a gente que têm filmagens de jovens que estavam usando drogas no local. Pergunto a vocês: “*Como é que se tira um jovem do crime, um traficante, um usuário de droga? Você vai lá, toma a droga dele e acha que ele já vai automaticamente se regenerar?*” Então, essa é a minha indignação.

A nossa comunidade já está cansada com tanta conversa, com tanto argumento que não traz resultado. A gente está precisando, na realidade, é de trabalho na fonte, lá onde está enraizado o problema. É não vir com conversa, e, sim, com ação; é chegar, implantar o trabalho e não trazer pessoas que não conhecem a realidade, que não sabem como é a comunidade, para administrar. Foi o que eu falei para eles ontem: “*A gente não quer que se implante um programa de governo que fique como estão as Vilas Olímpicas, que não formam nenhum atleta e estão servindo, simplesmente, como um mero espaço de lazer*”. Não é isso que a gente quer; a gente quer resultado.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Nós vamos devolver a palavra para o nosso convidado.

Antes, eu quero dizer, também, Gog, que a morte intelectual se dá, inclusive, naqueles Estados que já aprovaram legalmente o ensino da história do povo negro nas escolas, mas não a implantaram. E eu cito a Bahia como exemplo. Nós



aprovamos o tema, mas, apesar do esforço do Secretário Osvaldo Barreto e do Governador Wagner, ainda não tiramos do papel essa política importantíssima. Então, você tem razão mais uma vez.

Eu vou devolver-lhe a palavra. Vou começar pelo senhor, que tem 3 minutos, novamente flexíveis. Mas se puder abreviar agora é bom, porque estamos caminhando para o final da reunião.

**O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES** (Gog) - Deputado, eu só quero frisar que, enquanto a lei não chega, nós somos a Lei 10.639 ambulante. É isso que a gente quer que seja respeitado. Se não é implantado, por favor, não criminalizem.

Agora, a gente vai ter o primeiro embate no sentido de que um Deputado, um Secretário de Educação e o Governador de Estado da Bahia não conseguem implantar! E não são 3 meses. Isso vem desde o dia 9 de janeiro de 2003. Essa é exatamente a data. O senhor percebe que é muito mais complicado? Saiu o Paim e ficou "fiim". As coisas são complicadas dessa forma. E hoje ACM Neto é mais um complicador.

Eu tive que sair, gente. Desculpem-me por me ausentar rapidamente. O pessoal queria falar comigo. Eu até falei que não iria, mas ele me falou que era praxe, que isso costumava acontecer. Mais divã para nós.

A SEPPPIR hoje tem o menor orçamento da Esplanada. Então, nós temos que adequar o diálogo desse enfrentamento, de toda essa responsabilidade. Tem que ter dinheiro, tem que ter orçamento.

O 20 de Novembro foi colocado como feriado em vários Municípios. Mas, por exemplo, em Curitiba e outros Municípios, o feriado foi retirado. A Associação de Lojistas, o comércio... Mais uma vez a máquina, o setor econômico, está prevalecendo. Eu não vi nenhuma campanha para tirar feriado, por exemplo, do evangélico. Em Brasília, o Dia do Evangélico a gente não discute. Nada contra o evangélico, nada contra os católicos, mas a gente percebe que, na realidade, cada vez mais, cai a ficha de que a Casa do Povo, na verdade, não é do povo.

A gente tem que discutir também outro tema. Por exemplo, é complicado, principalmente para nós do movimento social, fazer conferência em que elegemos delegado. Eu não quero eleger delegado, não! Aliás, até pelo aspecto histórico,



essa palavra para mim tem que ser mudada. Vamos mudar essa palavra. Eu nunca votei até por causa disso; o nome me incomoda bastante.

Sobre as ações afirmativas, o Juventude Viva tem esse desafio. Vai ter que haver diálogo exatamente em razão de nós, negros e negras, termos a síndrome das profissões terminadas em “eiro”. Vamos lá: pedreiro; confeitoiro; marmiteiro; padoleiro; sapateiro; carpinteiro e por aí vai. Nós queremos ser engenheiros. O “eiro” que a gente quer é de engenheiro também. Todas as profissões são dignas, mas nós queremos uma mudança nessa base.

Ruy, você falou que está se formando bacharel e vai ser advogado. O que acontece? Na realidade, o menino que nasce na Ceilândia e tem um conflito com a lei, quando vai ser julgado — ele é pego geralmente no Plano Piloto —, a acusação é feita por um promotor que nasceu no Lago Sul, estudou na UnB e está no fórum. Então, não tem como haver justiça, ainda mais quando o moleque coloca o argumento dele. *“Olha esse argumento!”* O promotor, o Ministério Público, essa engenharia é a mais complicada para nós, porque é ele que nos apena, é ele que nos entope de cadeia.

Da mesma forma, nessa discussão sobre ressocialização, por exemplo, se vocês forem agora à Papuda, verão que não existe lá um orelhão, um telefone público. Quer dizer, a família não tem a mínima... Se faltar crédito, se faltar cartão — celular com linha pós-paga é complicado para nós —, se não tiver crédito, não tem como ligar, como avisar que vai se atrasar. E a visita é demorada, tem que ir de branco, a cor da paz, a cor do Viva Rio, que só pede paz quando os filhos morrem; a cor do Viva Rio, que pede paz, criminalizando e entupindo os outros de cadeia. É a cor da vingança! É muito complicado como essas coisas coincidem. Para mim, a cor da paz é a minha cor, porque eu sou a paz do mundo. Como dizia Tim Maia: *“A paz do mundo é você”*. Isso tem que ser discutido.

Se toda essa roupagem não for mudada, até na cor, se não enegrecermos essa discussão, o Juventude Viva vai ser só mais um plano, e um plano é só um plano, um plano é só uma ideia, um plano é só um esboço. E nós precisamos do resultado do plano. E o resultado do plano, se não for exatamente com esse diálogo franco e de proximidade, se os editais não forem transformados em “é de todos”... Mais uma vez coloco que o “é de todos e de todas” é o desafio. Então, as pessoas



gostam, é legal, mas não existe avanço, não existe coragem política. Quem tem coragem tem que agir. E a (*ininteligível*) faz essa reação. Essa nossa coragem é porque nós temos que agir. E vem da cor essa nossa capacidade de agir.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade. Os 3 minutos já se foram.

Maurício, eu queria me solidarizar com a sua fala, mano. É legal. Programados para morrer nós somos, só que nós tem que quebrar essa máquina. Nós temos que mudar essa linguagem.

Ele vive a história. Isso que é o louco. Ele está lá dentro da comunidade, fazendo. As tendas foram arrancadas. Os moleques não têm onde ficar. Isso que é o difícil. É por isso que a gente pega e, de repente, bate até no que é nosso, no que a gente ajudou a construir. Desde o início, não é, Fernanda, quem é que estava lá? O George: “*Gog, vem para cá*”. Na hora. Faça chuva, faça sol, a gente estava aqui, porque a gente acreditava. E a gente vê umas coisas, como essa burocracia emperrando, e nós sabemos que por quê. Se é do outro partido, não tem consenso. Isso nos machuca, isso dói em nós. E dói em nós porque nós é que estamos sentido a força e a pancada. Não dói só porque a gente é solidário. Nós somos personagens dessa história.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Obrigado, Gog, pela sua participação.

Passo a palavra agora ao José Alves da Silva, a quem agradeço — acho que não agradei a você na outra fala — a aceitação do convite e a participação importante neste debate.

**O SR. JOSÉ ALVES DA SILVA** - Deputado Amauri, eu é que agradeço o convite. Agradeço mais uma vez ao senhor, à Deputada Erika Kokay e ao Deputado Delegado Protógenes, que possibilitaram este debate, que é fundamental.

Eu costumo dizer que, quando alguém disser para você que não existe racismo na classe média, convide-o para se postar em qualquer lugar, em qualquer *shopping*, em qualquer mercado, na frente de uma televisão de 55 polegadas. Você fica lá por meia hora, depois sai e manda ele ficar no mesmo lugar em que você estava. Aí a gente vai ver o que é discriminação. A discriminação não é aberta. Você fica lá meia hora, e ninguém te atende. Se o branco para ali por 2 minutos, chegam



cinco vendedores querendo vender para ele. Isso é discriminação! Essa é a forma como a sociedade vê essas pessoas.

O Lucas perguntou o que a gente está fazendo. O comitê gestor está sendo montado no Distrito Federal, com várias políticas. Nós temos uma Secretaria ainda nova. Nós não temos estrutura administrativa, e aí pega isso que o Gog colocou sobre a questão do orçamento.

Vou me ater a falar um pouco sobre o orçamento público e as leis que foram criadas para gerir o orçamento público. Isso é o fundamental. Eu costumo dizer que, se a gente não alterar a Lei 8.666, a gente para o Estado e não faz nenhum programa social, porque aquela lei não foi constituída para ajudar quem montou uma tenda lá na Ceilândia. A lei não permite isso, porque ele não tem loja, não tem CPF, não tem atestado disso, não tem atestado daquilo. Então, meus companheiros e minhas companheiras, vai ser necessária uma luta muito intensa para alterar o Estado. É preciso quebrar este Estado e montar um novo Estado com o nosso olhar. Mas eu sou obrigado a dizer o quanto o Estado brasileiro, nos últimos 10 anos, avançou, mesmo dentro deste Estado que não foi feito para avançar um milímetro sequer.

Digamos que um cara é um grande plantador de soja no Brasil. Ele planta soja há 50 anos, tem lucro, tem avião, tem jato, tem o escambau de Madureira, o cara é rico. Se tem geada, a plantação dele deu problema, ele vem para o Estado e o Estado diz: "Toma, eu compro". Quanto custa isso? É isso que nós temos que discutir no orçamento. Falou-se da questão da Esplanada; no GDF é a mesma coisa. Por quê? Porque quem discute o orçamento tem as suas prioridades. Inverter essas prioridades é muito complicado, e precisamos trabalhar nisso.

A questão do racismo. Eu estive esta semana visitando o meu amigo Delúbio, na condição de advogado; usando a prerrogativa, eu fui até a Papuda. Tinha uma fila com 14 jovens. Digam-me qual era a cor dos 14 jovens que estavam na fila esperando para sair? Não sei exatamente para onde eles estavam sendo conduzidos. Eram quatorze. E se você fizer a pesquisa lá, você vai ver isso. Eu fiz curso de Direito, eu ia muito lá. Então, está claro. Lá é onde estão os negros, e por que eles estão lá? Por conta de políticas. E aí, Deputado, é feito da ótica do Estado. Mas eles colocam lá como se fossem fazer a correção do mundo. E qual é a



correção? É prender, é bater e é matar. Quando, na verdade, eles deveriam estar discutindo, como se está discutindo em outros países, o fim dessa repressão. A repressão não resolve problemas; se resolvesse, alguns Estados não teriam problemas. A repressão é uma coisa muito forte. Então, acho que a gente precisa discutir isso.

Acredito efetivamente que a forma do orçamento é que precisa ser discutida. Como ele é escolhido. Alguém aqui sabe? É o seguinte, amigo: se eu sou contra uma política pública e tenho o orçamento na minha mão, eu falo assim: Ah, não, hoje não tem orçamento. O orçamento no Brasil não é transparente. Você não tem transparência, não tem tranquilidade para poder administrar e verificar o que acontece. Então, tem que se discutir essa questão. Por quê? Porque precisamos de financiamento público.

A gente está pagando indenização para as pessoas que foram torturadas, que foram cassadas, uma série de coisas que aconteceram na ditadura. Está corretíssimo fazer isso. Agora, por que não fazer a mesma coisa com os que foram torturados alguns séculos antes? É a mesma coisa. O Estado tem que bancar as políticas, tem que bancar. Sabe por que eles têm que bancar? Porque não criaram as condições para que essas pessoas conseguissem efetivamente ter um desenvolvimento econômico e social, e pudessem disputar o mercado, em comum, com todo mundo.

Para finalizar, quero me referir ao que ele colocou sobre a questão da consciência. Eu sou um adepto, ando muito no Facebook, acompanho muito. Postei algumas coisas sobre a importância da consciência negra. Invariavelmente colocavam assim: *“Ah, porque a consciência humana...”* O dia que houver consciência humana, eu vou ser o primeiro a lutar para acabar com a consciência negra. Só que a consciência humana não existe. Num País onde se tem desigualdades sociais, onde 76% dos negros são assassinados, entre 15% e 29% das pessoas que são assassinadas são negras, qual a consciência humana que existe? Hoje, na Europa, se gasta mais dinheiro com bicho de estimação do que na África com as crianças. Que consciência humana existe? Não existe consciência humana. Existe uma luta, que precisa ser travada, em que a gente coloque o orçamento onde efetivamente as pessoas precisam de orçamento.





E aí o Rui disse uma coisa fantástica. Se você analisar o orçamento, você vai ver que o que é gasto com quotas é insignificante, se pegar o que é gasto com segurança privada, com escola privada, com subsídios, com o escambau de Madureira, tudo isso. Portanto, o discurso que se está gastando dinheiro com isso é falso, falso!

E é necessário que esta Casa faça esse debate e a gente possa avançar efetivamente nessa briga.

Muito obrigado mais uma vez pela participação. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Eu vou passar a palavra para Beatriz Cruz. Ela vai cumprir sua dupla jornada — que as mulheres cumprem: vai ter que pegar seu filho na escola.

**A SRA. BEATRIZ CRUZ** - Obrigada, Deputado Amauri. E obrigada pela sensibilidade, eu fiz o pedido para ser a próxima, porque tenho que pegar meu filho na escola.

Na verdade, eu queria mais uma vez agradecer essa oportunidade e dizer da nossa felicidade de poder participar deste momento, e trazer breves comentários sobre tudo o que foi dito, sobre o que disseram os meus colegas de Mesa, e também pelo que foi dito pelo pessoal que está aqui presente. Pretendo ater-me aos 3 minutos.

A gente entende, e eu concordo, faço coro à voz da necessidade de se investir cada vez mais nessas políticas, estabelecer contrapartidas dos Estados e dos Municípios no Plano Juventude Viva, que vai muito além da questão financeira, porque para além de os Estados não contribuírem tão significativamente financeiramente com relação às propostas do Juventude Viva, existem outras contrapartidas que são mais difíceis de serem conseguidas e pactuadas do que as contrapartidas financeiras. O Secretário tem acompanhado bastante isso.

Uma alternativa que a gente tem tentado realizar, no que diz respeito às contrapartidas, está no âmbito das pactuações do Programa Brasil Mais Seguro ou mesmo no Plano Juventude Viva no que concerne a segurança pública. Nós estabelecemos uma matriz de responsabilidades, com um conjunto de contrapartidas e de exigências dos Estados e dos Municípios que aderem aos



programas, que vão muito além da questão financeira, e já tem na legislação, que estabelece o mínimo necessário em cada convênio.

Vou dar um exemplo. No Estado de Alagoas, quando começamos a pactuação do Programa Brasil Mais Seguro, a primeira contrapartida que se exigiu do Estado foi o concurso público para aumentar o efetivo dos profissionais de segurança pública. A Secretaria Nacional de Segurança Pública disponibilizou a Força Nacional por um período, para auxiliar numa força-tarefa a fim de diminuir o número de inquéritos sem conclusão; só que é uma força-tarefa, e tem prazo determinado. Então, uma das contrapartidas que a gente exigiu do Estado, e pactuou com eles, foi o concurso, que já está em fase final para o chamamento mesmo desses profissionais. Mas isso não é algo muito fácil de ser feito, obviamente.

O que a gente faz é aproveitar o programa federal. E vem com um conjunto de ações — o recurso financeiro que a gente está disponibilizando é bem significativo —, para exigir, pactuar e negociar mesmo com os Estados essas outras contrapartidas.

Outro exemplo. A Deputada Erika citou a questão da população em situação de rua. Na Secretaria também acompanhamos a pauta do enfrentamento à violência contra a população em situação de rua, que em muitos Estados tem crescido assustadoramente. A gente pactua com o Estado, no âmbito do Brasil Mais Seguro — e se fez isso com Goiás, Alagoas, Paraíba —, a elucidação dos crimes contra a população em situação de rua, priorizar essa elucidação para tentar identificar a existência ou não de grupos de extermínio. Às vezes pode não. Assim como acontece com a juventude negra, de vincular o homicídio da juventude negra com a questão das drogas, com a população em situação de rua é sempre o mesmo discurso: *“Ah, não, é questão de disputa por conta de drogas ou é uma briga entre moradores em situação de rua”*.

O que nos impressiona é que moradores em situação de rua, via de regra, não usam arma de fogo. E as mortes, em grande número, obviamente, não são todas, mas uma grande quantidade de mortes entre a população em situação de rua tem vários indícios de extermínio mesmo, tiro na nuca, etc. Então, a gente procura pactuar esse conjunto de ações, de priorizações.



Outra coisa. Via de regra, nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou nas Polícias Estaduais, as delegacias especializadas em atendimento a grupos mais vulneráveis como, por exemplo, delegacia especializada em atendimento à mulher, à criança e ao adolescente, vítima de enfrentamento a crimes relacionados à homofobia, não têm tanto *status*, nem são tão equipadas quanto as delegacias de homicídios, de enfrentamento ao tráfico de drogas. Em que pese, nem essas delegacias, como regra, têm uma estrutura tão boa assim. Então, o quê a gente faz? A gente oferece o recurso para o aparelhamento das delegacias, mas exige que dentre as delegacias que vão receber todos os equipamentos tenhamos convênios específicos com a SENASP — e aí o Estado tem que elaborar a proposta —, para equipar as DEAMs, as delegacias que não estão em primeiro lugar, digamos, na preocupação da segurança pública, em que pese tenhamos algumas exceções em relação a isso.

Por que disse que ia falar um pouco sobre a questão do orçamento? Porque o que a gente tem percebido, tanto na implementação do Brasil Mais Seguro, quanto no que diz respeito às nossas ações do Juventude Viva, é que o problema — e óbvio que o orçamento é fundamental — vai muito além do orçamento. A gente diz que no discurso a maioria dos Estados, e mesmo a opinião pública, já incorporou a percepção de que segurança pública não se faz só com polícia, nem só com repressão, mas também com prevenção. Isso é sempre no discurso, porque, na prática, não é muito fácil convencer um Estado, um Município a executar os projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, mesmo lhe dizendo que ele vai atuar junto à segurança pública prevenindo o envolvimento desses jovens e dessas mulheres com alguma situação de violência, seja na condição de vítima ou mesmo de autor.

A gente abre editais periódicos de chamamento público, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, referentes a ações de prevenção. Para dar um exemplo aos senhores, no ano passado, nós abrimos um edital de 75 milhões para ações de prevenção social. Nesse mesmo edital, havia uma linha de financiamento para aparelhamento, isto é, armamento de menor potencial ofensivo para a Guarda Municipal, como viaturas para guardas, etc. Então, eram 75 milhões para uma coisa e 4 milhões para o fortalecimento. Nós recebemos mais de 100 milhões de propostas em aparelhamento e 4 milhões de propostas em prevenção social.



Portanto, é algo que faz parte da construção da cultura, não só da segurança pública, mas de todo o Estado. É melhor equipar, pois o armamento e a viatura vão conseguir alcançar um resultado melhor se formos pensar em prevenção. Dizer que prevenção é caro também é uma balela, pois vai ser sempre muito mais barato do que repressão, porque tem todos os outros custos sociais para o sistema de saúde, de educação. Enfim, só com repressão não adianta, pois o crime já aconteceu, a vítima já foi morta ou sofreu outro tipo de violência. Isso não é algo muito fácil de se traduzir efetivamente numa ação prática.

Então, o orçamento é importante, mas a gente está falando da desconstrução de uma cultura da violência que permeia todas as nossas instituições, inclusive as instituições públicas. A desconstrução dessa cultura é algo que não é fácil de ser feito — por isso momentos como este aqui são superimportantes —, mas é algo possível, porque, depois de a gente conseguir convencer um Município, um Prefeito, um Governador de que são importantes ações como o do PROTEJO e o do Mulheres da Paz, a gente percebe que, quando começam a executar os projetos, depois sempre vêm nos pedir mais recursos para dar continuidade, porque entendem o potencial dessas ações de prevenção.

Além disso, a gente tem tido muita dificuldade, pelo menos na segurança pública, não só com o orçamento. A gente disponibiliza o orçamento, e o Estado e o Município não conseguem alcançar esse recurso, pela dificuldade imensa na elaboração, na execução e na prestação de contas de uma proposta. Na segurança pública, há uma maior tranquilidade, porque a gente ainda pode firmar convênio mesmo que o Município ou o Estado estejam no CAUC. Agora, em qualquer outro projeto do Juventude Viva, se o Município tiver impossibilitado de receber recurso porque está no CAUC, como é que a gente faz para executar? A gente também tem tentado atuar na qualificação do gestor público da área da segurança, implementando gabinetes municipais de gestão integrada.

Enfim, é outra política. Poderíamos ficar mais um bom tempo aqui falando nisso, mas acho que temos que nos preocupar com a questão do orçamento e com as contrapartidas, para que possam ir muito além da questão financeira, com um compromisso efetivo do Estado e do Município na execução desse plano e desse programa. O Governo Federal, na maioria das Pastas, não executa diretamente



política, como é o nosso caso, na segurança pública. Então, a gente tem tentado trabalhar a partir dessas perspectivas, mas há sempre um processo de negociação. É tão difícil quebrar essa lógica de que é a repressão que funciona como é difícil quebrar a lógica do preconceito, do racismo.

Para encerrar, a gente sempre diz — acho que disse isso hoje, na minha fala inicial — que a polícia que nós temos é a tradução da nossa sociedade. Primeiro, a polícia só é chamada para agir quando nada mais funcionou. Isso é um pouco do que a Fernanda dizia quando apresentava o plano. Todas as outras políticas não funcionaram, de alguma forma, não deram certo. Em algum momento, o Estado perdeu essa briga para a violência e para a criminalidade. E, quando a polícia é chamada a agir — isso não é desculpa para nenhum crime ou nenhuma violação cometida pelas polícias; não é nada disso —, ela geralmente vai traduzir o mesmo preconceito que essa sociedade já traduziu, no momento em que excluiu esse jovem negro e essa jovem negra.

Eu gosto muito daquela música do Lenine, que diz que “*a carne mais barata do mercado é a carne negra*”. Eu diria que a carne mais barata do mercado é a carne negra da mulher, a carne feminina; essa, sim, é a carne mais barata do mercado. Então, quando se chega nesse ponto é porque todas as outras políticas não funcionaram. Aí a polícia traduz o mesmo tipo de preconceito e de exclusão que o resto da sociedade já traduziu e colocou em relação a esse cidadão, a esse jovem e a essa jovem.

Então, eu queria, mais uma vez, agradecer e dizer que a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Ministério da Justiça são parceiros da Comissão de Segurança Pública aqui da Câmara e que podem contar conosco em tudo que pudermos colaborar para tentar reverter esse problema, que, como eu disse, é complexo, não é fácil, mas é possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Nós é que agradecemos à senhora por ter aceito o convite e pela sua participação.

Concedo a palavra à Sra. Fernanda Papa, para as suas considerações finais. A senhora tem 3 minutos.

**A SRA. FERNANDA PAPA** - Obrigada, Deputado. Quero agradecer os comentários e pedir desculpas por ter me ausentado no comentário da Mesa em



função da conversa com os colegas da Comunicação. Para nós é muito importante falar mais e discutir mais sobre a implementação do Juventude Viva também com meios de comunicação, porque a gente sabe que cumpre um papel importante na disseminação dessa nova perspectiva do enfrentamento à violência contra a juventude negra, sem criminalizar e sem estigmatizar a nossa juventude, como muitos meios de comunicação, infelizmente, ainda fazem. Portanto, essa troca de informações para nós também é muito bem-vinda.

Queria apenas comentar com o Maurício e com o Lucas — acho que ele já se retirou, mas foram as intervenções — o ponto de vista dos limites da implementação. A Beatriz fez alguns comentários, mas eu queria trazer para vocês um pouco do que está acontecendo do plano no DF. Maurício, quero dizer que acolho com muita solidariedade o que você traz, porque o seu depoimento é o depoimento que a gente tem encontrado em todos os lugares em que o Plano Juventude Viva começa a chegar e tocar o território.

Quando o Gog mencionou União dos Palmares, realmente é uma Prefeitura que foi assumida este ano com muitos limites para conseguir acessar os programas do Juventude Viva porque está enrolada em suas contas, dívidas e prestações. Então, o que tem sido possível fazer em União dos Palmares é a disputa simbólica, a semana Juventude Viva, a juventude ir para a rua, o concurso de redação e poesia, colocar o tema na agenda, mas de fato concreto a Prefeitura está tendo muita dificuldade, e a gente precisa encontrar maneiras de ajudar.

O tempo de os projetos chegarem também é lento. Então, neste momento, a gente tem que olhar aquilo que podemos fazer para que o tema entre e não saia mais da agenda. A gente tem uma dívida histórica. Esse é só um primeiro passo para a reparação que precisa ser feita, que é muito complexa e grande.

O plano foi lançado para priorizar os Municípios, além do Distrito Federal, no entorno, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Formosa e Águas Lindas. No DF, são várias regiões. A Ceilândia está entre os territórios definidos como Território Juventude Viva, que devem, sim, receber prioritariamente as ações a partir do momento em que começar a implementação. Assim como Paranoá, Itapoã, Estrutural, há outras localidades que precisamos chegar.



Parece-me que amanhã vai haver na Ceilândia, em função do programa GDF Junto da Gente, uma atividade importante com o movimento *hip hop* lá. A Andressa, nossa articuladora do DF, está aqui e vai participar dessa atividade, vai fazer uma discussão sobre o Juventude Viva e sobre como a gente precisa montar esses núcleos de articulação territorial. O que são? É um grupo que deve reunir quem é responsável pelas políticas que devem chegar ao território — imagina a responsável pelo posto de saúde, a diretora da escola, que tem o PROJOVEM, ou uma pessoa responsável por uma entidade que tem um PRONATEC —, essas pessoas que estão tocando o território com as lideranças, com a sociedade civil organizada ali para falar: *“E aí? Está chegando? Não está chegando? Cadê o jovem que a gente precisa informar e trazer para essas oportunidades, que é o que a gente quer fazer com o Plano Juventude Viva?”* Então, essa aproximação com a sociedade civil é muito importante.

Para vocês, que já têm um trabalho, em que pesem essas dificuldades que você relatou, é muito importante a gente saber para poder reconhecer quando uma ação muito importante está sendo feita, fortalecer e fazer esse convite para que vocês se aproximem e possam compor o núcleo de articulação territorial na Ceilândia, para acompanhar e cobrar, de fato, a chegada das ações do Juventude Viva no dia a dia, porque vocês conhecem esses jovens, vocês traduzem o que é essa estatística. Parece que é fria, mas vocês conhecem as trajetórias, as histórias, a família, os afetos que são perdidos e que são impossíveis de serem superados como a dor quando uma dessas vidas é levada.

Então, como diz a Hildete, da Campanha da Pastoral e da Juventude: *“A Juventude quer viver!”* Esse tema sobre o qual estamos falando é muito sério. A gente está apostando que o Juventude Viva seja a possibilidade de dar voz àqueles que perderam o direito à voz, porque não estão mais entre a gente.

Então, para nós este é um momento muito importante no sentido de somar esforços. A gente agradece a aposta e a confiança. No plano, existem muitos obstáculos a vencer, do ponto de vista da relação federativa, como foi colocado aqui. Mas a gente não vai abrir mão de garantir que essa agenda e que esse tema não saia do compromisso político do Governo Federal neste momento. É só o primeiro passo que a gente está dando. A gente espera muito que a partir de 2015 o Plano



possa ser fortalecido. E os Municípios têm um papel muito importante, porque eles estão com a sua gestão relativamente nova, não é mais em folha, mas ainda com uma boa caminhada pela frente. Esse compromisso para nós, de quem está tocando e já faz o enfrentamento da violência na prática nos territórios, é o que tem de mais valioso. E vocês nos ensinam muito no dia a dia das práticas que já estão levando à frente.

Então, quero dizer que o GDF vai instaurar, amanhã, seu Comitê Gestor, como o Secretário disse, e as coisas estão acontecendo. Há o tempo das coisas, e a gente tem que vencer também. Faz parte mudar a máquina pública, porque o Estado está em disputa. O Estado reflete, sim, a sociedade. É um Estado que estava de costas para a nossa juventude negra em muitas e muitas frentes. A gente está tentando fazer com que haja um deslocamento de prioridade, e é um esforço que precisa de muitos parceiros. Estamos com vários deles aqui hoje.

Quero agradecer, então, a oportunidade desta audiência, de trazer um pouco mais de informação sobre o Juventude Viva. Deputado Amauri, registro a gratidão em nome da Secretária Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude. Um abraço ao Ministro Gilberto Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Agradeço sua participação.

Passo a palavra, por fim, ao Sr. Giovanni Harvey.

**O SR. GIOVANNI HARVEY** - Deputado Amauri, gostaria de agradecer, mais uma vez, pela oportunidade. Vou também repetir o mesmo sistema da intervenção original, sendo o mais breve possível.

Em relação à colocação feita pelo cidadão, que já se retirou, referente à abordagem sistêmica, a gestão das Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi iniciada formalmente há 25 anos, com a criação da Fundação Cultural Palmares, e passou por vários momentos ao longo desses 25 anos.

Nós conceituamos esses momentos em cinco etapas. Consideramos que, no seu início, essa política foi pontual; depois, evoluiu para uma política tópica; transformou-se em uma política transversal; e estamos em um momento de uma política sistêmica. Acreditamos que o próximo passo dessa política — e consideramos que o Juventude Viva foi concebido originariamente como algo





transversal — está sendo implementado como algo sistêmico, mas tenderá a ser precursor de um novo conceito de política pública, que é a ressignificação das políticas universais, com um nítido recorte étnico-racial.

Então, nós caracterizamos, considerando, inclusive, esta etapa que está se inaugurando agora, as Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ao longo desses 25 anos, em cinco momentos: pontual, tópico, transversal, sistêmico e esta nova etapa, que é a ressignificação do que são as políticas universais.

Portanto, quando o questionamento sobre o sistema é feito, ele realmente vai ao encontro — e já entro no segundo tópico —, inclusive, do que a Presidente Dilma tornou público na abertura da III Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, mais precisamente no último 5 de novembro, que foi a instituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Ontem, inclusive, em função da Ministra Luiza Bairros estar em viagem a Pernambuco, eu a representei na abertura da III Conferência Nacional de Cultura. A Ministra Marta Suplicy colocou na sua fala que uma das tarefas dessa conferência era avaliar um sistema nacional de cultura. Então, nós estamos evoluindo, sob o ponto de vista da gestão das políticas públicas, para o aprofundamento de uma abordagem sistêmica.

No nosso caso, especificamente, essa abordagem sistêmica não se esgota, porque, na realidade, em se tratando de uma política voltada para a maioria da população brasileira, é preciso que essa política adquira o *status* de política universal. A correlação de forças não nos permitiu, há 10 anos, qualificar essas políticas como políticas universais. Nós, naquele momento, tivemos condição apenas de introduzir essas políticas como políticas de ação afirmativa, mas, agora, 10 anos depois, o que nós vemos acontecer é que essas políticas vão pela própria dinâmica da sociedade, pelo fortalecimento de atores que não estavam presentes há 10 anos, entre eles os órgãos de promoção da igualdade racial. Há 10 anos, nós inauguramos essa política de órgãos de promoção da igualdade racial com essa característica, através da SEPPIR, e, hoje, nós temos 600 órgãos de promoção da igualdade racial no Brasil, entre eles alguns com *status* de Secretaria de Estado, como é o caso do GDF.



Esses atores obviamente qualificam a consolidação dessa política. Muitas vezes, as pessoas fazem questionamento relacionado ao aspecto do orçamento. Algumas pessoas falam do protagonismo desses órgãos. Eu, pessoalmente, tenho um ponto de vista de que, na realidade, o que está no horizonte da população negra, mais especificamente na sociedade brasileira, embora ainda contemple um componente de protagonismo que nós não podemos deixar de ter, substituindo uma representação simbólica que durante muito tempo foi o espaço que nós tivemos, o que está na agenda de população negra no Brasil é, para além da disputa do protagonismo, a disputa da hegemonia.

Então, sob esse ponto de vista da disputa da hegemonia no desenho das políticas públicas, nós acreditamos termos galgado algumas conquistas. O Juventude Viva é um exemplo disso, é um plano coordenado por dois órgãos, um deles é a SEPPIR, o outro é a Secretaria-Geral. E através da Secretaria Nacional de Juventude, envolve outros 10 ou 11 Ministérios. Na maior parte desses Ministérios, há gestores de políticas públicas que na sua origem não tinham uma identidade étnico-racial. Mas, em todas as falas, inclusive na própria fala da Presidenta Dilma, por ocasião da sanção do Estatuto da Juventude, o tema da juventude negra é o tema central que dá identidade a esse programa, mesmo que o programa não tenha oficialmente o nome de juventude negra viva.

Isso significa dizer o quê? Significa dizer que no curso da história a hegemonia está se dando. Então, a gente precisa ter a compreensão de que essa hegemonia vai perpassar várias políticas públicas, está presente no PL do auto de resistência, está presente no PL dos concursos públicos. Embora o Estado brasileiro, sucessivos governos e sociedade brasileira tenham implementado, inclusive com apoio do Estado, políticas no sentido de reduzir o papel da população negra e, se possível, eliminar esse papel a partir de uma visão de que o ideal de sociedade é uma sociedade branca, a história foi mais forte e os destinos da história foram recompostos.

Em relação ao sistema, só para finalizar, tivemos o decreto assinado pela Presidenta Dilma e também tivemos o lançamento do sistema de monitoramento, que é um acordo da SEPPIR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que georreferencia as políticas de igualdade racial no Brasil.



Com relação à fala sobre a reação ao 20 de Novembro, também na mesma linha de argumentação, realmente as reações a essas manifestações tenderão a aumentar. Por quê? Porque nós saímos de uma zona de conforto. Nós saímos de uma zona de conforto baseada no conceito de democracia racial na qual os negros e as negras tinham lugar na sociedade brasileira. Então, obviamente, sempre houve reação ao 20 de Novembro, desde a sua criação, mas na sua criação o 20 de Novembro tinha uma característica simbólica. Hoje, o 20 de Novembro é o ponto de convergência de coisas muito concretas. O PL que elimina os autos de resistência é uma coisa muito concreta, cota em concurso público é uma coisa muito concreta e cota nas universidades é uma coisa muito concreta também.

Então, o 20 de Novembro não é mais apenas um momento de reflexão a partir de uma abstração que nós queremos discutir, um racismo em abstrato, uma desigualdade em abstrato; o 20 de Novembro é o ponto de culminância no qual todas essas políticas públicas se encontram e que, inclusive, aproveitando a sua própria fala, pautam a ação do Legislativo. Portanto, o 20 de Novembro precisa ser combatido pelas pessoas que estão órfãos de um misto de democracia racial que estabeleceu um *status quo* no qual quem é beneficiado por ele vai reagir. A tendência é que isso adquira uma organicidade maior.

Em relação ao que se fala sobre o orçamento, de fato a SEPPIR tem relativamente o menor orçamento, mas, se nós trabalharmos sob a lógica de que disputamos a hegemonia nas políticas públicas, isso precisa ser relativizado, porque o Juventude Viva só é implementado com a soma de orçamentos de um conjunto de órgãos da administração pública. Nós temos que distinguir o que é a parte orçamentária, a responsabilidade da SEPPIR nesse processo, mas também entender que o Juventude Viva, no seu conjunto, envolve a SG, a saúde, e são esses orçamentos que são colocados. Eu, pessoalmente, não acho que o orçamento da promoção da igualdade racial tem que ficar todo dentro da SEPPIR, se nós partimos do pressuposto de que a população negra é maioria e de que nós não temos a pretensão de ter na SEPPIR um Estado paralelo, e, sim, ter na SEPPIR um ponto de concertação das políticas de promoção da igualdade racial.

Por fim, concluo resgatando a fala da Deputada Erika Kokay. Ao longo de toda nossa agenda, que não se iniciou hoje, e ratificando a importância da



aprovação por parte da Câmara dos Deputados do PL 4.471, que versa sobre os autos de resistência, e do PL 6.738, que versa sobre os concursos públicos, considerando que são elementos que qualificarão a legislatura de 2013, certamente terão uma projeção no futuro do Brasil para esses próximos 10 anos, 20 anos, nos quais nós teremos efetivamente um redesenho da sociedade brasileira. Temos que operar para que nesse redesenho não criemos um novo misto da democracia racial no qual 35% de uma minoria da população dirige 65% da maioria da população brasileira.

Agradeço muito. Boa tarde. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - Eu é que agradeço sua participação. Eu queria dizer que nós podemos até não ter conquistado a hegemonia, e não conquistamos. Nós vivemos, como foi dito aqui, um governo de coalizão, um governo de disputa, nós estamos deslocando a hegemonia. Maurício, a sua indignação é inteiramente justa, mas nós não podemos perder a paciência. As conquistas se dão pela resistência, e o povo negro tem 500 anos de resistência. Nós temos avançado pouco ainda, mas temos avançado.

Quero dizer que nós aqui neste plenário temos resistido, em diversos momentos, a todo e qualquer projeto que aumenta pena. O aumento de pena significa penalizar mais ainda aqueles que já são penalizados por esse sistema. Em tudo aqui quer se aumentar pena. A criminalização de conduta é nefasta para aqueles que são marginalizados. Nós temos resistido aqui à redução da maioridade penal. Isso significa penalizar mais ainda a juventude negra, que já tem sofrido muito.

Então, nós aqui — quando digo nós, digo vários Deputados, independente até de ser do PT ou não — temos insistido que a criminalização, a penalização não é o remédio para a correção das injustiças que vivemos nessa sociedade, muito pelo contrário. A nossa indignação é justa e vai exatamente ao encontro da premissa de que este Estado tem que ser desmontado. Mesmo dentro do sistema capitalista, nós temos que buscar desmontar esse aparato de Estado extremamente perverso, ainda com traços de Estado colonial, escravista em que nós vivemos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes, porém, convoco reunião para o dia 4 de dezembro, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 6,



---

com a presença do Sr. Ministro da Justiça, para esclarecimento sobre as circunstâncias em que se verificou a evasão de Henrique Pizzolato no território brasileiro e a atuação da Polícia Federal no caso, bem como sobre o recebimento de tramitação da carta apócrifa contendo denúncia contra Parlamentares de diversas agremiações partidárias.

Está encerrada a reunião.